



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PRISCILA MARTINS DE OLIVEIRA SANTANA

**PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: UM ESTUDO DO PROCESSO
DE INTEGRAÇÃO DO OESTE BAIANO**

SALVADOR

2014

PRISCILA MARTINS DE OLIVEIRA SANTANA

**PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: UM ESTUDO DO PROCESSO
DE INTEGRAÇÃO DO OESTE BAIANO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Área de concentração: Economia do Trabalho e da Empresa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz A. Mattos Filgueiras.

SALVADOR

2014

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Santana, Priscila Martins de Oliveira

S231 Padrão de desenvolvimento brasileiro: um caso do processo de integração do Oeste baiano./ Priscila Martins de Oliveira Santana. – Salvador, 2014.

60f. Il.; fig.; quad.; graf.; tab.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras.

1. Agroindústria. 2. Soja. I. Filgueiras, Luiz Antônio Mattos. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 338.43

PRISCILA MARTINS DE OLIVEIRA SANTANA

**PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: UM ESTUDO DO PROCESSO
DE INTEGRAÇÃO DO OESTE BAIANO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Aprovada em 01 de agosto de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Orientador:

Prof. Luiz Antônio Mattos Filgueiras

Prof. Dr. da Faculdade de Economia da UFBA

Profa. Gilca Garcia de Oliveira

Prof. Dra. da Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Henrique Tomé da Costa Mata

Prof. Dr. da Faculdade de Economia da UFBA

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa o fim de um ciclo marcado por dificuldades, alegrias, incertezas, descobertas e muito aprendizado. Primeiramente, com imenso amor, agradeço aos meus pais e irmãos, pelos ensinamentos, pelo apoio e por acreditarem sempre em mim.

À Tainã, pelo companheirismo, pela paciência e pelo brilho inspirador.

Ao Danilo, amigo de longa data, pela atenção e apoio de sempre. Às amigas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Lis, Soraia, Élide e Emilly, pelos momentos mais marcantes da minha trajetória na graduação e pelas enriquecedoras discussões.

Ao meu orientador Prof. Luiz Filgueiras, pela oportunidade que me foi concedida para participar do grupo de pesquisa sobre economia brasileira, pelos ensinamentos tão valiosos para a minha formação e pelo exemplo de coerência intelectual e profissional.

À Elizabeth Moura, integrante do grupo de pesquisa, pelo intercâmbio de conhecimentos e pela disposição para ajudar sempre que possível. Aos professores César Vaz, Celeste Philigret, e demais integrantes do grupo de pesquisa, Aline, Vinícius, Renan, Gabriela, Manoel, Lincoln, Daniel, pelas reflexões ao longo dos trabalhos desenvolvidos no grupo. Aos meus companheiros de curso, Ulisses e Renato Baldin, pelo estímulo e apoio nos diversos momentos da graduação.

À professora Gilca Garcia, pelas enriquecedoras reflexões nas aulas sobre desenvolvimento econômico e pela atenção com os estudantes. Ao professor Hamilton de Moura, pela incrível capacidade de ensinar teoria econômica de forma tão interdisciplinar. Aos demais professores, pelos conhecimentos compartilhados e pela dedicação à faculdade.

“À medida que as condições favorecem a expansão do capitalismo dependente, o “progresso” não elimina distinções e barreiras sociais aberrantes, consolida-as ou as renova sob novas aparências”.

Florestan Fernandes

RESUMO

Este trabalho tem como intuito discutir o processo de integração do Oeste baiano ao atual padrão de desenvolvimento brasileiro, denominado, neste estudo, Modelo Liberal Periférico. Nesse sentido, o trabalho pretende discutir as possíveis relações do complexo agroindustrial da soja, localizado no Oeste baiano, com o modelo capitalista de agricultura chamado agronegócio, reconhecidamente uma das bases de acumulação da economia brasileira nos últimos anos. Para isso, o estudo apresenta o conceito de padrão de desenvolvimento, proposta teórica para a compreensão do processo dialético de reprodução do capital numa formação social específica. A principal hipótese defendida neste trabalho é de que a dependência tecnológica e financeira são características marcantes de economias periféricas que nunca conseguiram se estabelecer no núcleo orgânico do capitalismo, núcleo representado pelos países que estão na chamada “fronteira tecnológica”. Nesse sentido, o modelo brasileiro do agronegócio da soja representa a natureza passiva da inserção internacional da economia brasileira e, portanto, pode ser entendido como expressão da nova fase do capitalismo brasileiro dependente. A metodologia desse trabalho tem como base o arcabouço teórico marxista e da economia política e os dados empíricos da economia brasileira.

Palavras-chave: Agronegócio. Dependência. Modelo Liberal Periférico. Oeste baiano. Padrão de desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper is intended to discuss the integration process of the western Bahia to present Brazilian pattern of development, called, in this study, Model Liberal Peripheral. In this sense, the paper aims to discuss the possible relations of the agroindustrial complex of soybean, located in western Bahia, with the capitalist model of agriculture called agribusiness, recognized as one of the bases for accumulation of the Brazilian economy in recent years. For this reason, the study presents the concept of pattern of development, theoretical proposition for understanding the dialectical process of reproduction of the capital in a particular social formation. The main hypothesis defended in this paper is that technological and financial dependence are remarkable characteristics of peripheral economies that have never been able to establish in organic nucleus of capitalism, represented by the core countries that are called "technological frontier". In this sense, the Brazilian agribusiness model of soybean is the passive nature of the international insertion of the Brazilian economy and, therefore, can be understood as an expression of the new phase of Brazilian capitalism dependent. The methodology of this study has as its basis the theoretical framework and Marxist political economy, and the empirical data of the Brazilian economy.

Keywords: Agribusiness. Dependence. Model Liberal Peripheral. Western Bahia. Pattern of development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Saldo Comercial US\$ Bilhões – Brasil (1990-2006)	21
Gráfico 2: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Ano 199	23
Quadro 1: Transações correntes da economia brasileira (1990 – 2010/ US\$bi)	25
Gráfico 3: Balança Comercial brasileira – 1990 a 2012 – (US\$ Bilhões)	26
Figura 1: Regiões Econômicas, Bahia	35
Figura 2: Implementação do Prodecer I, II e III	40
Gráfico 4: Serviços e Rendas - Brasil - US\$ Bilhões (1990 a 2012)	42
Figura 3: Esquema do Complexo Agroindustrial	44
Gráfico 5: Saldo comercial acumulado dos setores industriais brasileiros (US\$bi)	48
Quadro 2: Quadro 2: Soja em grãos – quantidade exportada (1994-2010)	51
Gráfico 6: Balança comercial brasileira e do agronegócio-1989 a 2012	53
Gráfico 7: Exportação brasileira por intensidade tecnológica – % do total	54
Figura 4: Oeste baiano » soja (em grão) - área plantada – cartogramas	56
Gráfico 8: Participação dos setores no PIB, Bahia- 2011	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A NATUREZA DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO	11
2.1	O CONCEITO DE PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO	13
2.2	CONSTITUIÇÃO E EVOLUÇÃO DO MODELO LIBERAL PERIFÉRICO	17
2.3	A INSERÇÃO EXTERNA DO BRASIL NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	22
2.4	A INSERÇÃO EXTERNA DO BRASIL NO GOVERNO LULA E O “BOOM” DO AGRONEGÓCIO	27
3	AS FACES DO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AGRICULTURA	31
3.1	O MODELO DESENVOLVIMENTISTA E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA	32
3.2	A INTEGRAÇÃO DO OESTE BAIANO AO DESENVOLVIMENTISMO	35
3.3	A PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO OESTE BAIANO	37
3.4	A DESREGULAMENTAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DA SOJA NO OESTE BAIANO	41
4	O AGRONEGÓCIO E A DINÂMICA DO MODELO LIBERAL PERIFÉRICO	46
4.1	O QUE É AGRONEGÓCIO?	46
4.2	REPRIMARIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA E ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA	48
4.3	O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: A PARTICIPAÇÃO DO OESTE BAIANO	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é caracterizar e discutir a relação existente entre a dinâmica do agronegócio da soja e o atual padrão de desenvolvimento brasileiro (Modelo Liberal Periférico), destacando como vem se expressando essa relação no Oeste baiano, haja vista o processo de integração dessa região ao referido padrão de desenvolvimento. A expansão do agronegócio, nos últimos 30 anos da economia brasileira, suscita debates nos mais variados campos da sociedade. Seja no âmbito acadêmico, econômico, político ou ambiental, as questões que envolvem o tema “agronegócio” estão cada vez mais presentes. O fato é que é difícil, se não impossível, entender a expansão desse setor na economia brasileira sem levar em conta a relação do capital internacional com o processo de apropriação do campo e a constituição do padrão de desenvolvimento brasileiro que sucedeu o Modelo de Substituição de Importações (MSI).

É importante a busca pela compreensão da totalidade do movimento do capital, pois é essa totalidade que dá sentido ao processo mais geral de integração do Oeste baiano, a partir dos anos 1980, através do agronegócio da soja, à nova fase de acumulação do capital na economia brasileira.

Com o advento da modernização conservadora da agricultura, induzida pelo Estado desenvolvimentista, através de um conjunto de mecanismos técnico-científicos, territoriais e políticos, a cultura da soja torna-se, a partir do final dos anos 1970, a principal cultura de exportação da economia brasileira, se estabelecendo com o passar do tempo como o principal produto de exportação daquilo que alguns autores brasileiros chamam de pacto de economia política (o agronegócio brasileiro), e que se apresenta como uma das bases do atual padrão de desenvolvimento nacional.

Nos últimos anos, verifica-se na economia brasileira um processo de aprofundamento da especialização na produção e na exportação de produtos primários, com destaque expressivo para o complexo da soja, que tem um peso significativo nas exportações do agronegócio brasileiro. Desta forma, é importante entender a constituição desse complexo estabelecendo sua interdependência com relação à consolidação de um novo padrão de desenvolvimento na economia brasileira, padrão esse que enquanto categoria de análise apresenta uma série de

elementos que permitem estabelecer uma articulação entre a dinâmica desse complexo e as características concreto-estruturais da economia brasileira.

Com base nessa reflexão, deriva-se o seguinte problema: como o complexo da soja, localizado no Oeste baiano, se relaciona com o atual padrão de desenvolvimento brasileiro, sendo ao mesmo tempo expressão particular desse último? A hipótese a esse questionamento coloca como elemento central a análise sobre a natureza do padrão de desenvolvimento que se consolidou a partir dos anos 1990 na economia brasileira e que ainda estrutura o processo de acumulação capitalista dessa economia.

O trabalho consta desta introdução, mais três capítulos e as considerações finais. No próximo capítulo, apresento o conceito de padrão de desenvolvimento e a discussão sobre a natureza dependente do capitalismo brasileiro, destacando a expressão dessa dependência nas três últimas décadas. No capítulo seguinte apresento, de forma sucinta, o processo histórico de integração das áreas agrícolas do Oeste Baiano ao processo de modernização conservadora da agricultura, processo esse apoiado num regime político autoritário – que vai de meados dos anos 1960 até o início dos anos 1980. No último capítulo discuto a relação entre o atual padrão de desenvolvimento, constituído a partir dos anos 1990, e o agronegócio da soja. Nas considerações finais, apresento a visão geral dos elementos trabalhados ao longo do texto e os limites da pesquisa.

Por fim, cabe salientar, mais uma vez, que este trabalho pretende, basicamente, apresentar e discutir a dinâmica mais geral do padrão de desenvolvimento liberal periférico, apontando sempre que possível, a relação do complexo agroindustrial da soja no Oeste baiano, que é hoje reconhecidamente um dos eixos de acumulação do capitalismo brasileiro, com esse padrão de desenvolvimento.

2 A NATUREZA DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Diversos teóricos consideram a dependência tecnológica e financeira características marcantes dos chamados países periféricos, como é o caso dos países da América Latina. Compreender a forma como algumas regiões do mundo, especialmente a América Latina, foram integradas ao sistema capitalista é de suma importância para o entendimento das particularidades do tipo de capitalismo que se consolidou em determinados espaços.

Cabe destacar que a discussão inicial sobre a natureza dependente do capitalismo brasileiro surge em meio à crise das ideias nacional-desenvolvimentistas – representadas teoricamente pela Cepal –, que se constituíam enquanto base das estratégias industrializantes do Modelo de Substituição de Importações, especialmente a expressão nacionalista desse modelo. (HADLER, 2013).

Com base numa compreensão histórico-estrutural e dialética, alguns teóricos se destacam a partir de 1960/70 ao colocarem no centro do debate as questões subjacentes à natureza dependente das economias latino-americanas, especialmente a economia brasileira. Nesse movimento aparecem, para citar alguns nomes, Florestan Fernandes da Escola de Sociologia da USP, o qual se mobilizou em torno da questão da formação social brasileira; e a Teoria da Dependência, que se desdobra em duas principais vertentes: uma vertente weberiana e outra marxista. O elemento comum a essas visões é a interpretação dialética do subdesenvolvimento, entendido como contra face do desenvolvimento capitalista.

Essas questões polarizaram importantes debates acadêmicos e políticos ao longo dos anos 1970, escancarando a necessidade de se pensar o desenvolvimento capitalista dos países ex-colônias compreendendo os elementos estruturais mantenedores da dependência econômica, financeira e tecnológica nessas formações sociais.

Em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973), Fernandes desenvolve uma interpretação sobre os mecanismos de dependência da América Latina, destacando o papel da dominação externa sobre os países latino-americanos ao longo do processo de constituição e expansão do sistema capitalista no mundo – enfatizando a questão da transferência de excedentes dos países periféricos para os países dominantes –, ao mesmo tempo em que analisa os nexos internos de reprodução da dependência.

Alguns autores¹ destacam a necessidade de se considerar os estudos de Florestan Fernandes à parte desse quadro de análises, devido às especificidades do seu pensamento. No entanto, é importante mencionar sua contribuição sobre o tema, visto que a teoria da dependência associada surgiu da Escola de Sociologia da USP, ambiente acadêmico do qual Florestan Fernandes fazia parte. Segundo Bresser-Pereira (2010), Florestan Fernandes representava a Escola de Sociologia da USP, e teve como aluno na época Fernando Henrique Cardoso, que, posteriormente, desenvolveu a teoria da dependência associada. Bresser-Pereira destaca ainda que,

Florestan Fernandes, o fundador e chefe da Escola de Sociologia de São Paulo, Octavio Ianni e Roberto Schwarz não adotaram a interpretação da dependência associada. Originalmente Florestan Fernandes não era marxista, mas se tornou marxista nos anos 1960 [...]. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 36).

Assim a discussão sobre a natureza dependente do capitalismo brasileiro vai se desenhando no horizonte intelectual e político do país na época, com o intuito de oferecer respostas para as limitações do desenvolvimentismo brasileiro. Nesse sentido, a teoria da Dependência emerge como principal expressão teórica desse contexto de críticas às ideias desenvolvimentistas da Cepal.

A corrente marxista da Teoria da Dependência, representada por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Andre Gunder Frank, coloca no centro da discussão sobre a dependência latino-americana uma nova questão – a categoria teórica “superexploração do trabalho” (MARQUES, 2013).

Essa categoria analítica é criticada por alguns marxistas, que não a reconhecem na obra *O Capital*, de Marx. No entanto, Oliveira (2014) chama atenção para o nível de abstração d’*O Capital* – considerado mais elevado – e salienta que o nível de abstração com que Marini trabalhou demandava conceitos também específicos. De acordo com ela,

A superexploração da força de trabalho é uma categoria cujo significado não pode ser alcançado sem considerar a totalidade na qual está inserida. O estudo da superexploração só pode ser efetivo se estiver inserido na análise do próprio processo de reprodução do capital do país dependente [...]. (OSÓRIO, 2013, *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 32).

¹ Ver “Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista.” (CASTELO, 2010)

A utilização desse referencial teórico no trabalho se justifica pela importância de insistir na necessidade de se pensar nas particularidades socioeconômicas das economias periféricas, principalmente da economia brasileira. Esse referencial ajuda a compreender, especialmente, como as relações de poder estabelecidas no sistema capitalista, a participação subordinada da periferia capitalista nesse sistema e as classes sociais presentes na mesma, atuam enquanto condicionantes do processo de desenvolvimento econômico latino-americano. Nesse sentido, esses elementos ajudam a esclarecer, por exemplo, como a assimilação técnica pretendida pelo padrão desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que proporcionou a internalização das capacidades industriais, redefiniu, por outro lado, os laços da dependência tecnológica e financeira da economia brasileira, através da internacionalização da produção e internalização de centros externos de decisão na economia brasileira.

Por fim, é importante acrescentar ainda que o debate sobre a dependência das economias latino-americanas vem sendo atualizado nos últimos anos por diversos autores do universo das ciências sociais.

2.1 O CONCEITO DE PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

Alguns teóricos têm elaborado modelos de análise do processo de reprodução do capital nas formações sociais, esforço teórico significativo para o entendimento da dinâmica concreta das economias e, portanto, das suas especificidades enquanto lócus de acumulação do capital. É nesse sentido que a literatura sobre o tema padrão de desenvolvimento expressa a sua relevância enquanto caminho teórico para a compreensão do processo dialético de reprodução do capital numa formação social específica.

Inicialmente convém fazer algumas observações sobre o conceito de padrão de desenvolvimento, com o intuito de diferenciá-lo de outros dois conceitos² bastante discutidos também na literatura sobre desenvolvimento, e tratados, muitas vezes, como sinônimos em diversos trabalhos: a) o conceito de padrão de acumulação; b) o conceito de padrão de industrialização.

² Para uma maior compreensão sobre os conceitos de padrões de acumulação e industrialização ver, na íntegra, o artigo “Padrões de acumulação, industrialização e desenvolvimento: elementos para uma atualização conceitual.”, de autoria de Niemeyer A. Filho.

Niemeyer (1993) apresenta uma sistematização sobre os três conceitos apresentados anteriormente, destacando tanto os níveis de abstração de cada um deles quanto o alcance dos mesmos. Os conceitos de padrão de acumulação e industrialização se apresentam num grau mais elevado de abstração. O primeiro por ter como intuito explicar etapas de desenvolvimento das forças produtivas, apresentando a forma de reprodução do sistema com base em categorias explicativas mais abstratas, tais como os esquemas de reprodução do capital de Kalecki; e o segundo por buscar definir a natureza concreta do processo de industrialização da economia, focando muito mais no seu desenho produtivo e institucional. (Niemeyer, 1993, p.11). O conceito de padrão de desenvolvimento, por sua vez, se apresenta num menor nível de abstração, incorporando a forma da ação concreta do Estado, a atuação das distintas forças sociais e o nível histórico. O autor destaca que esse último tem um maior potencial explicativo e sugere alguns pontos teóricos a serem desenvolvidos no sentido de dar mais consistência a esse conceito. Para Niemeyer,

[...] o padrão de desenvolvimento apreende a ação concreta do Estado; entretanto, esta é determinada fundamentalmente por uma correlação de forças que estabelece alguns mecanismos seletivos, ao nível das instituições políticas. Tais mecanismos precisam ser trazidos para o interior da análise, fazendo parte da definição do conceito. Este é o desafio maior. (NIEMEYER, 1993, p. 17).

Erber (1992) apresenta o conceito de padrão de desenvolvimento, com base teórica na “escola de regulação” e nas contribuições dos neoschumpeterianos. Para ele, o conceito de “padrão de desenvolvimento” de uma dada economia capitalista diz respeito às relações entre os diversos agentes sociais e econômicos, relações essas que viabilizam num certo período do tempo, a manutenção da dinâmica da acumulação capitalista e de conservação do poder político.

O autor apresenta algumas categorias, chamadas de normas, que estruturam essas relações no plano econômico, e que, portanto, compõem o conceito de padrão de desenvolvimento. Essas normas são apresentadas da seguinte maneira,

1- normas de acumulação, dadas pelas relações intersetoriais e intra-setoriais de compras, progresso técnico e pelo padrão de concorrência, pelas relações de produção, pela introdução de progresso técnico e pela criação de novos setores ou mercados; 2- normas de produção, dadas pelo grau de automação e escalas mínimas de produção, padronização dos produtos, relação produtividade/salário, formas mais ou menos hierarquizadas e rígidas de controle de processo de trabalho, fragmentação das atividades de concepção e execução, caráter coletivo ou individual do contrato de trabalho; 3--normas de consumo, composição da cesta básica dos consumidores e formas de suprimento dessa cesta básica (auto-suprimento, via agentes privados,

pelo Estado); 4-normas de financiamento dos setores privado e público, relações entre autofinanciamento, crédito interno, transferências involuntárias (por exemplo, via inflação), taxaço e recursos externos, relações de propriedade e de preços entre o sistema financeiro e os demais setores; 5- normas de inovação e difusão do progresso técnico, relações entre progresso técnico e desenvolvimento científico, tipos de conhecimentos científicos e tecnológicos (inclusive organizacionais), participação dos vários agentes (empresas, Estado, universidades, trabalhadores) na introdução e na difusão de conhecimentos, diferenças setoriais nesses processos, ritmo de introdução e difusão; 6- normas de intervenção do Estado, atuação do Estado como agente de resolução de conflitos políticos e de manutenção da estrutura do poder, como regulador da atividade ao nível macroeconômico, como regulador, fomentador ou estruturador de atividades, setores ou empresas específicas e como supridor direto de bens e serviços; 7- normas de inserção internacional, participação nos fluxos internacionais de comércio, financiamento, investimento e tecnologia; participação de empresas e instituições estrangeiras nas demais relações estruturais do padrão de desenvolvimento. (ERBER, 1992, p. 2).

O autor chama atenção para a existência de cumplicidade entre as diversas normas, o que proporciona certa manutenção do padrão de desenvolvimento ao longo de um período de tempo. Porém, essas mesmas normas também estão sujeitas às mudanças, tendo em vista a própria dinâmica das forças do sistema capitalista. Logo, esse processo de desenvolvimento, próprio do sistema capitalista, que altera as normas do padrão de desenvolvimento, faz com que este último se defronte dialeticamente com suas crises e possibilidades de superação. A transformação de uma norma específica pode ser compensada através da transformação de outra norma, de tal maneira que o padrão de desenvolvimento se mantenha o mesmo e não sofra modificações estruturais. No entanto, no momento em que diversas normas se encontram em estado de crise generalizada configura-se, então, o processo de crise do próprio padrão de desenvolvimento (ERBER, 1992).

É importante destacar que as relações que expressam o padrão de desenvolvimento se estabelecem historicamente em cada formação social. No entanto, no plano internacional a hegemonia do modo de produção vigente tende a exercer influência sobre as distintas formações nacionais que fazem parte da dinâmica político-econômica global, ou seja, a dinâmica das diversas formações nacionais se move dentro dos limites dados pela configuração do sistema global.

Filgueiras (2013) apresenta o conceito de padrão de desenvolvimento capitalista, que compreende a ideia de desenvolvimento das forças produtivas e das relações socioeconômicas naquelas formações sociais em que o capital é o elemento que estrutura a base econômica.

Segundo ele, o desenvolvimento do capitalismo pode assumir diversas formas e ter diversas naturezas, independentemente do juízo de valor – positivo ou negativo – que possa ser feito dos seus resultados em termos sociais, ecológicos ou políticos. Portanto, essa visão difere da concepção de desenvolvimento restrita, necessariamente, à redução das desigualdades sociais, ao aumento da liberdade política ou sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento compreende mudanças estruturais, sejam essas econômicas, sociais, culturais e ambientais, independentemente delas gerarem melhoras ou pioras em cada um desses planos.

O conceito de padrão de desenvolvimento proposto por esse autor tem como base teórica a literatura marxista do desenvolvimento capitalista, e, portanto, incorpora elementos que levam em conta as relações entre as distintas forças políticas que disputam a hegemonia do Estado. Assim incorpora, por exemplo, as noções de bloco no poder³ e de frações de classes. O bloco no poder, corresponde a uma composição, em uma determinada conjuntura, de diversas classes e frações de classes, liderada por uma delas, a qual assumirá uma posição hegemônica perante as demais que compõem o bloco no poder (FILGUEIRAS, 2013).

O elemento bloco no poder é tido como o elemento precedente a todos os demais que compõem a categoria de análise, haja vista a capacidade que esse elemento político tem de expressar e ao mesmo tempo delimitar os demais atributos do padrão de desenvolvimento. A hegemonia e a liderança surgem como resultado da capacidade da classe, ou fração de classe de unificar e direcionar, tanto política quanto ideologicamente todas as demais classes e suas frações no processo de acumulação capitalista. De acordo com Filgueiras (2012),

Caracterizar o bloco no poder implica em identificar o conjunto de classes e/ou frações de classe dominantes, articuladas e sob a hegemonia e direção de uma delas, que dominam e dirigem o Estado. Essa hegemonia, para ter certa estabilidade, expressa a dominância e liderança de determinada fração do capital no processo de acumulação em curso, que inclui a sua capacidade de contemplar os interesses de outras frações do capital. Quando essa hegemonia incorpora, marginalmente ou mais significativamente, interesses das classes subordinadas ou de algumas de suas frações, ela deixa de ser estrita ao bloco no poder e se amplia para além dele, abarcando o conjunto da sociedade. (POULANTZAS, 1977 *apud* FILGUEIRAS, 2012, p.9).

³ O conceito de bloco no poder proposto por Nicos Poulantzas analisa o Estado num nível de abstração menor, permitindo captar as relações entre o Estado burguês, as classes, as frações do capital e a fração hegemônica no interior do Estado.

Nesse sentido, as categorias bloco no poder e frações de classes demonstram os aspectos contraditórios e conflituosos subjacentes à dinâmica do Estado, que no plano real deve ser visto como elemento que comporta interesses distintos, mesmo daquelas classes sociais que à primeira vista apresentam interesses comuns, mas nem por isso interesses estritamente convergentes.

Alguns atributos que definem o padrão de desenvolvimento capitalista, além do bloco no poder, e que estão intimamente relacionados a esse último podem ser apresentados como: 1- A natureza e o tipo de regulação da relação capital-trabalho; 2- A natureza das relações intercapitalistas; 3- O modo como o Estado se articula com o processo de acumulação; 4- O processo de incorporação do progresso técnico, a capacidade endógena de geração de inovações e a existência, ou não, de uma política industrial e tecnológica. 5- O modo de financiamento da acumulação, que diz respeito à importância de instituições financeiras públicas e/ou privadas e/ou do financiamento externo. 6- A estrutura de propriedade e distribuição de renda e da riqueza, bem como o conteúdo das políticas sociais; 7- A natureza da inserção internacional do país; 8- As formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes (FILGUEIRAS *et al.*, 2010).

2.2 CONSTITUIÇÃO E EVOLUÇÃO DO MODELO LIBERAL PERIFÉRICO

O cenário internacional é um elemento relevante para a compreensão dos rumos das economias latino-americanas, uma vez que essas economias se caracterizam tanto pela dependência tecnológica quanto pela dependência financeira. Esse cenário internacional, que pode ser de escassez ou de excesso de liquidez, apresenta-se como questão relevante para o sucesso ou insucesso de muitas das estratégias de desenvolvimento traçadas pelos países dependentes ao longo das suas trajetórias de desenvolvimento, por mais que muitos estudos tentem minimizar ou desconsiderar tal peso da conjuntura internacional.

Na década de 1980 as economias da América Latina se depararam com a crise internacional de liquidez, sofrendo fortemente com a indisponibilidade de recursos financeiros no mercado internacional. Essa crise de liquidez proporcionou, dentre outras coisas, a insustentabilidade do Modelo de Substituição de Importações que dependia significativamente das fontes externas de financiamento. A partir de então a América Latina adentrou num cenário de profunda debilidade produtiva e elevados níveis de inflação, panorama fortemente

influenciado pelas medidas restritivas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) – no chamado ajuste monetário do balanço de pagamentos –, que buscava garantir o pagamento dos empréstimos por parte dessas economias naquela ocasião (FILGUEIRAS, 2006, p.71).

O receituário imposto pelo FMI aos países latino-americanos induziram esses países a tornarem-se exportadores de capitais para as economias centrais, forçando-os a realizar intensos ajustes econômicos com o único objetivo de garantir o pagamento dos juros advindos dos empréstimos tomados ao longo da década anterior, especialmente o Brasil, que teve boa parte de seu desenvolvimento condicionado à política de endividamento externo.

Esse cenário, que marcou os anos 1980, caracterizou-se essencialmente como uma crise de liquidez, que de um lado proporcionou o esgotamento das fontes externas de recursos financeiros no mercado – promovendo a insustentabilidade do Modelo de Substituição de Importações na economia brasileira –, e do outro lado, inviabilizou o sucesso dos planos de estabilização inflacionária aplicados durante toda década de 1980 na economia brasileira.

A crise da dívida externa nos anos 1980 marcou o esgotamento do padrão desenvolvimentista ao longo de toda década. É importante destacar que o esgotamento do modelo desenvolvimentista se processou ao longo dos anos 1980, período no qual ainda houve diversas tentativas das distintas frações de classe de reformular o modelo de substituição de importações, em resposta à crise do mesmo. No entanto, a década de 1980, ao menos do ponto de vista estritamente econômico, se mostrou uma “década perdida” devido aos diversos problemas econômicos, principalmente, o baixo crescimento econômico, que arrasou muitos países na América Latina, especialmente o Brasil.

A partir dos anos 1990, inicia-se a implementação das recomendações político-econômicas do Consenso de Washington para a economia brasileira. A crítica situação inflacionária da economia brasileira e os repetidos fracassos dos planos de estabilização na década anterior se apresentaram como justificativas para o fortalecimento do projeto neoliberal, que emergia nessa ocasião como “solução” para aquele cenário crítico. Além disso, o “medo” do comunismo, que acompanhava as classes dominantes diante do avanço dos movimentos sociais, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Partido dos Trabalhadores (PT), fez com que o projeto

neoliberal ganhasse mais espaço como proposta ideal para “acomodar” os conflitos de classe na década de 1990.

Diante desse contexto, o projeto neoliberal ganha fôlego, saindo de seu plano meramente teórico e doutrinário para se constituir num conjunto de recomendações político-econômicas para o Brasil, reforçando a ideia de que a crise dos anos de 1980 seria uma crise estrutural do padrão desenvolvimentista, o qual não teria mais condições de responder adequadamente aos problemas persistentes na dinâmica dessa economia, nem tampouco se mostrava adequado ao atual paradigma de desenvolvimento do capitalismo. Nessa perspectiva, as forças políticas que representavam o projeto neoliberal naquela ocasião advogaram em defesa da criação de novas propostas econômicas para a economia brasileira.

A vitória política do projeto neoliberal e a criação de um novo modelo econômico no início dos anos de 1990 inaugurou, através de suas transformações estruturais, um novo padrão de desenvolvimento econômico no Brasil: O Modelo Liberal Periférico. É possível dizer que esse padrão de desenvolvimento foi se acomodando politicamente e adquirindo hegemonia ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso. Martuscelli (2013, p. 164) afirma que,

Dadas as dificuldades impostas para fazer oposição ao neoliberalismo, é possível considerar as eleições de 1994 como uma circunstância histórica decisiva para a consolidação no bloco no poder neoliberal e para a superação da situação de instabilidade hegemônica que marcou o final dos anos 1980 e os primeiros anos da década de 1990.

É com base nessa conjuntura político-econômica que o Modelo Liberal Periférico se estabelece, tendo como base um conjunto de reformas estruturais liberalizantes da economia, já iniciadas durante o governo Collor, no início dos anos 1990 (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

A literatura que investiga a constituição do modelo liberal periférico considera que esse padrão foi adquirindo estabilidade ao longo das três últimas décadas, ou seja, para os teóricos do Modelo Liberal Periférico, esse padrão ainda se encontra em pleno funcionamento no cenário socioeconômico atual, mesmo com forças políticas de esquerda na representação do Estado. Isso não significa dizer que esse padrão não experimentou modificações ao longo dos diversos governos, uma vez que houve acomodações no bloco no poder ao longo do tempo, o

que permitiu, dentre outras coisas, mudanças em termos de políticas macroeconômicas e sociais nos distintos governos dos anos 1990 até os dias atuais.

Inicialmente a dinâmica do Modelo Liberal Periférico esteve demarcada pelo regime de âncora cambial, que predominou durante quatro anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Em que pese o sucesso inicial de combate à inflação ao longo do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, que esteve marcado por um modelo macroeconômico no qual o câmbio valorizado e as altas taxas de juros foram as variáveis utilizadas para o controle de inflação, tal regime provocou uma forte instabilidade macroeconômica; situação que forçou o governo a abandonar esse regime após a deflagração da crise cambial em 1999, substituindo-o pelo tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante), o que, por sua vez, expressou a primeira inflexão do Modelo Liberal Periférico.

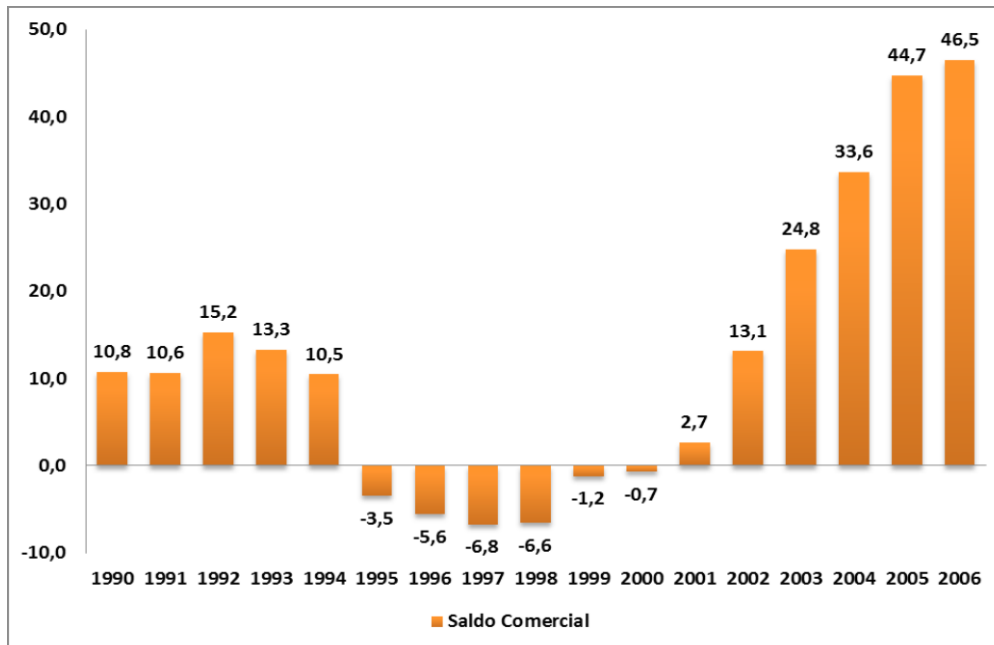
Tanto o regime de âncora cambial quanto o tripé macroeconômico conservam a dependência da economia brasileira em relação ao fluxo de capitais estrangeiros, mais especificamente, ambos os regimes preservam a hegemonia do capital financeiro. No entanto, com a primeira inflexão o capital financeiro perde sua hegemonia absoluta, uma vez que o tripé macroeconômico reduziu não só a instabilidade macroeconômica do padrão de desenvolvimento, mas reacomodou o bloco no poder, possibilitando que outras frações do capital, principalmente os setores exportadores (agronegócio e commodities minerais), ganhassem expressão nessa composição política do Estado. (BOITO JR, 2006 *apud* FILGUEIRAS, 2012, p.37). Para Filgueiras (2012, p.37):

O desempenho das exportações passou a ser decisivo para remunerar esse capital e, ao mesmo tempo, dar ao modelo o mínimo de estabilidade e capacidade de enfrentar as crises cambiais. Os superávits na balança comercial e, eventualmente, na conta de transações correntes, embora não tenham eliminado a instabilidade e a vulnerabilidade externa estrutural do modelo, permitiram a redução dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural do país.

O regime do tripé macroeconômico proporcionou uma desvalorização cambial ao longo do segundo governo (1999 – 2002) de Fernando Henrique Cardoso, o que, por sua vez, tornou as exportações brasileiras mais competitivas e possibilitou uma melhora na balança comercial. Entretanto, a balança comercial só começa a apresentar superávits a partir de 2001(ver GRÁFICO 1), mesmo assim a balança de rendas e serviços seguiu deficitária,

impossibilitando qualquer resultado positivo nas transações correntes da economia brasileira no período imediato de introdução do tripé macroeconômico.

Gráfico 1: Saldo Comercial US\$ Bilhões – Brasil (1990-2006)



Fonte: BRASIL, 2012

Os resultados superavitários na balança comercial aparecem, de fato, ao longo do primeiro governo Lula (2003-2006), situação favorecida pela conjuntura internacional de “boom” das commodities – fortalecendo especialmente o agronegócio brasileiro da soja–, e que permitiu resultados positivos nas transações correntes e uma redução da vulnerabilidade conjuntural da economia brasileira, o que possibilitou outra acomodação no bloco no poder. Nos três primeiros anos iniciais do governo Lula, as autoridades econômicas preservaram o tripé macroeconômico rígido, ou seja, conservou a combinação altas taxas de juros, metas de superávit fiscal primário e câmbio flutuante sinalizando para o capital financeiro que a “casa” estava em ordem.

A flexibilização do tripé macroeconômico, na virada do primeiro governo para o segundo governo Lula (2005/2006), marca a segunda inflexão do Modelo Liberal Periférico. Essa flexibilização, que se expressou na redução da meta de superávit fiscal primário e no abandono da estratégia de metas de inflação cada vez menores – que se deu quando o Copom estabeleceu a meta de inflação constante em 4,5% a.a.–, permitiu o controle da apreciação da taxa de câmbio, o que melhorou a competitividade da indústria brasileira no mercado

internacional e abriu espaço para maior participação do Estado na economia (via investimentos públicos e políticas econômicas voltadas para aquecer a demanda agregada) (OREIRO, 2011, p.2).

Em que pese essas duas inflexões no atual padrão de desenvolvimento, é possível dizer que no que tange à natureza desse padrão, naquilo que ele tem de essencial, ele se mantém ao longo das três últimas décadas, e isso se expressa principalmente nas características que dizem respeito à dinâmica econômica. Essas características estão relacionadas às características estruturais, e podem ser entendidas enquanto expressão delas. Essas características que dizem respeito à dinâmica podem ser apresentadas da seguinte maneira: 1) vulnerabilidade externa estrutural; 2) inserção passiva no comércio internacional; 3) instabilidade macroeconômica e dificuldade de manutenção de taxas de crescimento mais elevadas.

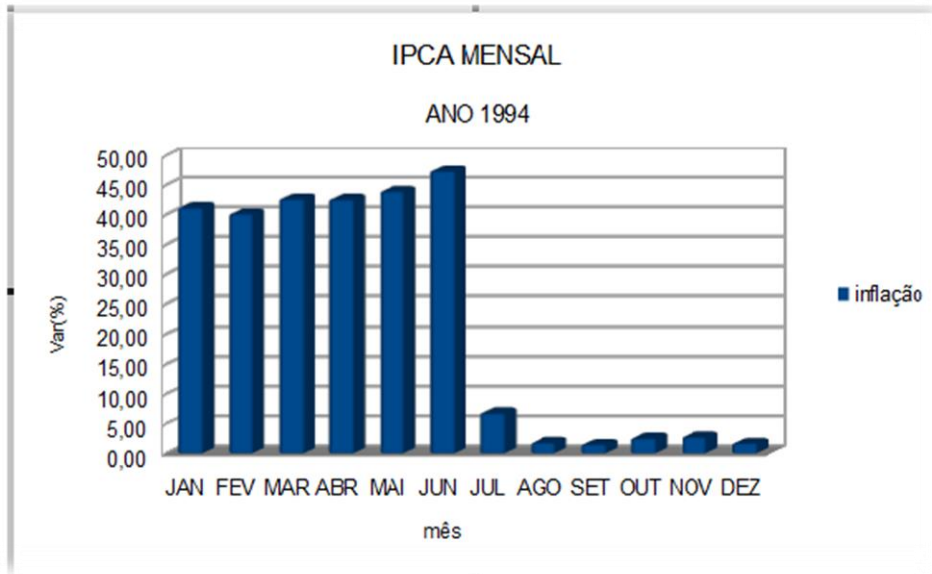
A análise sobre a natureza do padrão liberal periférico permite entender que a inserção internacional da economia brasileira tem se dado cada vez mais no sentido de um distanciamento do padrão de competitividade internacional – assentado no desenvolvimento de produtos de conteúdo tecnológico elevado –, ou seja, ao que tudo indica tal padrão tem condicionado a economia brasileira a se adequar a certo patamar na divisão internacional do trabalho. A consequência disso tudo é o aumento da vulnerabilidade externa estrutural – muito embora esse processo de aumento da vulnerabilidade externa estrutural possa coexistir, paradoxalmente, em alguns momentos, com a diminuição da vulnerabilidade conjuntural –, situação que tem sido comum na economia brasileira nos últimos anos.

2.3 A INSERÇÃO EXTERNA DO BRASIL NO GOVERNO LIBERAL DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

A economia brasileira se defronta historicamente com um problema de dependência tecnológica e financeira, devido à natureza do capitalismo que se consolidou nessa economia. Na década de 1990, com a constituição do modelo liberal periférico, essa dependência se acentua absurdamente devido a forte abertura da economia brasileira, iniciada no governo Collor, e aprofundada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), fatos que produziram significativas mudanças na inserção internacional do país e no aumento da vulnerabilidade externa estrutural dessa economia. Cabe destacar que o sucesso do Plano Real no combate à inflação, a partir de 1º de julho de 1994 (GRÁFICO 2) – ainda no governo Itamar Franco –,

na época em que Fernando Henrique Cardoso era ministro da fazenda desse governo, criou as bases políticas para o sucesso de FHC nas eleições de 1994 e, conseqüentemente, para o aprofundamento das reformas neoliberais a partir de então.

Gráfico 2: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Ano 1994



Fonte: Elaboração própria, 2014 dados do IBGE, 2014

A partir da leitura do gráfico 2 é possível constatar uma queda substancial da inflação na economia brasileira assim que o Plano Real foi implementado. Em julho de 1994, mês em que o Plano Real foi adotado, a inflação atingiu o nível de 6,84%, contrastando com a taxa de 47,43% no mês anterior. A base macroeconômica desse plano de estabilização era extremamente frágil, já que tinha uma combinação problemática (câmbio apreciado e altas taxas de juros) de combate à inflação. Essa combinação, presente durante o primeiro governo FHC (1995-1998), sacrificava o crescimento econômico e complicava mais ainda a inserção internacional da economia brasileira, isso porque a apreciação cambial fragilizava a competitividade internacional da indústria brasileira, ao mesmo tempo em que atuava como um incentivo para as importações, colocando a balança comercial em situação de deterioração.

A análise do Quadro 1 permite algumas observações importantes sobre a natureza dessa política econômica do governo FHC I, marcada pela forte abertura comercial e pelas demais reformas neoliberais propostas a partir do Plano Real. No quadro é possível perceber os efeitos macroeconômicos das importações que “invadiram” a economia brasileira nesse

período, ou seja, a estratégia defendida pelo governo liberal de FHC, que tinha como base o discurso de modernização das empresas brasileiras, provocou um déficit significativo na balança comercial, acentuando mais ainda a dependência financeira e tecnológica. As taxas de desemprego subiram absurdamente com a liberalização econômica ao longo do governo FHC, saltando de um patamar de 3,3% em 1989 para 7,9% em 1999, enquanto a dívida externa cresceu 108% acompanhada de uma elevação de 160% do serviço dessa dívida (CARCANHOLO, 2010).

A crise cambial de 1999 explicitou a insustentabilidade do regime de âncora cambial enquanto mecanismo de controle da inflação. No entanto, a nova política econômica baseada no tripé macroeconômico (câmbio flutuante, metas de inflação e superávit fiscal primário) conservava a hegemonia do capital financeiro no bloco no poder, apenas reduzia a “zona” de domínio dessa fração do capital, ao ter que abrir espaço para os setores agroexportadores minimizarem os déficits no balanço de pagamentos da economia brasileira. Nesse sentido, a partir do segundo governo FHC (1999-2002), houve um crescimento das exportações, que foram favorecidas pela nova política econômica que viabilizou uma desvalorização cambial e uma melhora inicial nos resultados da balança comercial. No entanto, os níveis tradicionalmente elevados das remessas de lucros e dividendos, além do histórico déficit na conta de serviços, ampliaram-se expressivamente (QUADRO 1), já que a entrada de capital estrangeiro ao longo da década de 1990 teve como contrapartida o crescimento das remessas de lucros para fora da economia brasileira.

Quadro 1: Transações correntes da economia brasileira (1990 – 2010/ US\$ Bilhões)

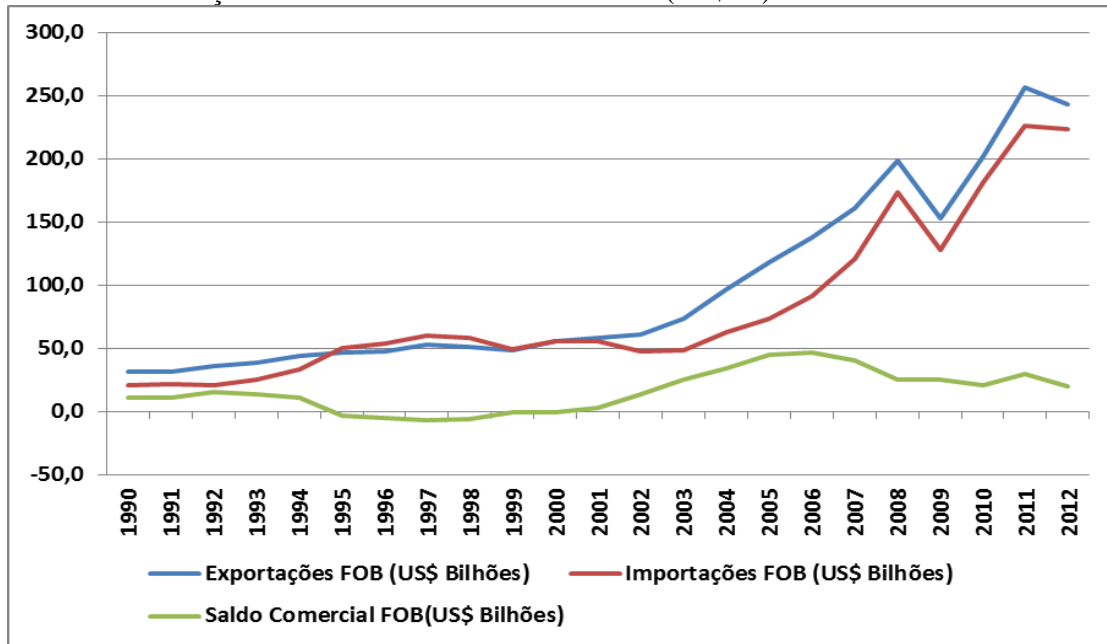
ANO	BALANÇA COMERCIAL (FOB)	SERVIÇOS E RENDAS	TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS	TRANSAÇÕES CORRENTES
1990	10,8	-15,4	0,8	-3,8
1991	10,6	-13,5	1,6	-1,4
1992	15,2	-11,3	2,2	6,1
1993	13,3	-15,6	1,6	-0,7
1994	10,5	-14,7	2,4	-1,8
1995	-3,5	-18,5	3,6	-18,4
1996	-5,6	-20,3	2,4	-23,5
1997	-6,8	-25,5	1,8	-30,5
1998	-6,6	-28,3	1,5	-33,4
1999	-1,2	-25,8	1,7	-25,3
2000	-0,7	-25,0	1,5	-24,2
2001	2,7	-27,5	1,6	-23,2
2002	13,1	-23,1	2,4	-7,6
2003	24,8	-23,5	2,9	4,2
2004	33,6	-25,2	3,2	11,7
2005	44,7	-34,3	3,6	14,0
2006	46,5	-37,1	4,3	13,6
2007	40,0	-42,5	4,0	1,6
2008	24,8	-57,3	4,2	-28,2
2009	25,3	-52,9	3,3	-24,3
2010	20,2	-70,4	2,8	-47,4

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012

O Gráfico 3 ilustra o comportamento da balança comercial ao longo do período de abertura da economia brasileira, iniciada nos anos 1990. É possível perceber uma mudança no comportamento da variável “exportação” (linha azul) a partir da crise cambial (ano 1999), quando comparada ao período que vai de 1995 a 1998. Segundo Delgado (2013, p. 64),

Outra vez, como ocorrera na primeira crise da dívida, em 1982, os setores primário-exportadores são escalados para gerar esse saldo comercial. Nesse contexto, a agricultura capitalista, autodenominada agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna.

Gráfico 3: Balança Comercial brasileira – 1990 a 2012 (US\$ Bi)



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013

A abertura comercial e financeira da economia brasileira ao longo da década de 1990, especialmente nos dois governos de FHC, foi determinante no processo de reprodução do capital no setor agrário da economia. (LEITE, 2009). O autor destaca ainda que,

[...] a internacionalização do agronegócio brasileiro tanto no sentido patrimonial, isto é, da importância crescente do capital estrangeiro na propriedade dos ativos das cadeias agroalimentares, quanto no comercial, vale dizer, do aumento da inserção da produção brasileira de commodities nos circuitos comerciais e produtivos mundiais. (BENETTI, 2004, *apud* LEITE, 2009).

Em síntese, muito embora a economia brasileira tenha sido orientada a partir de distintos modelos de política econômica nos dois governos de FHC, houve de maneira geral, com a consolidação do padrão liberal periférico, nos anos 1990, um forte processo de liberalização econômica que possibilitou, dentre outras coisas, uma evidente desnacionalização da economia e a constituição de novas formas de produção nos distintos setores da atividade econômica, especialmente no setor agrícola, que passou a experimentar o forte peso dos grupos internacionais.

A estratégia liberal dependente, que caracterizou o governo FHC, ainda está em curso nos quadros atuais da economia brasileira, mesmo com forças de esquerda atuando no centro do campo político.

2.4 A INSERÇÃO EXTERNA DO BRASIL NO GOVERNO LULA E O “BOOM” DO AGRONEGÓCIO

A questão da inserção internacional da economia brasileira, no governo Lula, é sem dúvida uma das questões mais controversas entre os economistas quando se discute o processo de desenvolvimento brasileiro nos últimos anos, principalmente quando se leva em conta alguns resultados macroeconômicos positivos em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso.

Os consideráveis resultados positivos nas contas externas da economia brasileira, no período que vai de 2003 até meados de 2007, empolgaram a grande maioria dos economistas brasileiros, levando-os a acreditar que a economia brasileira estava “blindada” aos movimentos da conjuntura internacional, diga-se protegida em relação aos choques exógenos (GONÇALVES, 2012). Esses resultados se mostraram tão relevantes para o desempenho da economia brasileira, que fizeram emergir no meio acadêmico e político intensos debates em torno do atual padrão de desenvolvimento brasileiro, visto por alguns teóricos como uma espécie de retorno às experiências desenvolvimentistas dos anos 1930-1980.

Os bons resultados do governo Lula nas contas externas levaram economistas brasileiros das diversas correntes teórico-ideológicas a questionar as razões do bom desempenho da economia. Para os teóricos alinhados à ortodoxia neoliberal-neoclássica o bom desempenho no período reflete o amadurecimento das reformas neoliberais adotadas ao longo dos anos 1990, ou seja, uma “herança bendita” foi passada para o governo Lula, que se beneficiou, por exemplo, do progresso técnico oriundo da abertura comercial e financeira da economia ao longo dos anos 1990; e do cenário de estabilidade monetária proporcionado pela adoção do Plano Real (FILGUEIRAS, 2013, p.4). Para a heterodoxia, de maneira geral, o bom desempenho da economia no governo Lula não se explica pelas reformas neoliberais, inclusive alguns teóricos – como Barbosa e Souza (2010), ex-integrantes da equipe de política econômica do governo Lula –, destacam que o bom desempenho reflete muito mais a capacidade que o governo teve de flexibilizar as “duras” políticas econômicas que foram herdadas do governo FHC, além da adoção de políticas econômicas voltadas para o dinamismo do mercado interno.

Sobre essa questão da inserção externa e do bom desempenho da economia brasileira ao longo do governo Lula, Filgueiras (2013) destaca que a natureza do padrão de desenvolvimento dessa economia no governo Lula se manteve a mesma, já que o arranjo político-econômico

que orienta a acumulação de capital permanece o mesmo desde a liberalização comercial e financeira iniciada nos anos 1990. No entanto, o autor considera que duas inflexões, que se expressaram no plano das políticas econômicas, são marcas importantes para entender aquilo que consiste na essência do Modelo Liberal Periférico e aquilo que consiste na sua aparência: a) a primeira inflexão no interior desse padrão de desenvolvimento ocorre no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente nos anos 2000, quando o governo se vê forçado a abandonar o regime de âncora cambial vigente desde a introdução do Plano Real; adotando em seu lugar, o tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante); b) a segunda inflexão ocorre no segundo governo Lula, entre 2006/2007, quando o governo não abandona o tripé macroeconômico herdado do governo FHC, apenas flexibiliza-o, criando espaço para uma participação mais ativa do Estado na economia.

Com base nessas considerações, é possível entender que a essência do padrão de desenvolvimento é a mesma, ou seja, o Modelo Liberal Periférico seguiu preservado ao longo do governo Lula, isso quer dizer, dentre outras coisas, que no governo em questão o padrão macroeconômico nacional não experimentou mudanças substanciais, conservando, dessa maneira, a lógica mais geral de manutenção da hegemonia do capital financeiro.

A aparência do movimento do capitalismo brasileiro impediu que muitos analistas considerassem a essência desse mesmo processo e, portanto, muitos deles tornaram-se incapazes de fazer a distinção entre dois elementos importantes para compreender a natureza da dinâmica da economia brasileira: a vulnerabilidade externa conjuntural e a vulnerabilidade externa estrutural,

[...] vulnerabilidade externa conjuntural reflete a capacidade de resistência no curto prazo em função das opções de política e dos custos do ajuste externo. A vulnerabilidade externa estrutural, por seu turno, reflete a capacidade de resistência no longo prazo; portanto, ela expressa características estruturais da economia como: estrutura produtiva, padrão de comércio exterior, eficiência sistêmica, dinamismo tecnológico, robustez financeira e institucional. (GONÇALVES, 2012, p.1).

As divergências sobre o desenvolvimento recente da economia se concentram em torno desses aspectos relacionados à natureza do processo, às causas, aos efeitos e perspectivas futuras. No entanto, há certo consenso em torno do reconhecimento dos principais eixos dinamizadores da economia nesses últimos anos, o qual reconhece o papel do agronegócio nos resultados

positivos da balança comercial brasileira. Mesmo nesse ponto de certo consenso, as divergências continuam evidentes e demarcam as distintas visões em torno da compreensão desse elemento dinamizador da economia nos últimos anos.

Com base nas observações feitas anteriormente, é possível enfatizar o nítido processo de enquadramento da agricultura brasileira aos imperativos mais gerais do capitalismo periférico nos últimos anos, e concomitantemente, compreender o sentido da especialização da economia brasileira na produção e exportação de commodities, elementos que reforçam uma inserção internacional baseada na “aclamada” vantagem comparativa do país em produtos agrícolas e minerais.

O arranjo funcional do padrão liberal periférico redefiniu em novas bases um novo papel para a agricultura na economia nacional e estabeleceu as prioridades regionais para a implementação desse projeto. Isso se deu basicamente através da nova função que esse setor assumiu na dinâmica macroeconômica do atual padrão de desenvolvimento, qual seja: o papel de principal setor exportador e sua função de gerar saldos positivos na balança comercial, com o objetivo de remunerar os capitais externos, servindo assim de suporte na macroeconomia do modelo de acumulação do capital financeiro (STEDILE, 2013).

Delgado (2010) chama de reestruturação da economia do agronegócio essa redefinição do papel da agricultura em novas bases na economia brasileira. Para ele, é possível perceber que se constitui, a partir dos anos 2000, um pacto de economia política que reestabelece uma lógica de estímulo à agricultura capitalista com características muito semelhantes às de uma estratégia de capital financeiro nesse setor, definida no período militar (1965-85) e desabilitada em parte dos anos 1990.

O Gráfico 2, na seção anterior deste trabalho, permite algumas observações sobre essa inserção externa da economia brasileira nos últimos anos. No governo FHC II (1999-2002) a variável “exportações” passou a ocupar um papel significativo na dinâmica do Modelo Liberal Periférico, e essa lógica de funcionamento seguiu preservada ao longo do governo Lula. Cabe frisar que, obedecendo a essa lógica, o crescimento da economia brasileira se tornou cada vez mais amarrado à dinâmica do comércio internacional de commodities.

Como se pode constatar no Gráfico 2, o expressivo aumento no saldo comercial ao longo do primeiro mandato do governo Lula (2003 a 2006) foi sem dúvida um fator conjunturalmente importante para a melhora da economia brasileira, fato que empolgou a grande maioria dos

analistas a respeito da capacidade de resistência dessa economia no longo prazo e da virtuosa participação da economia brasileira nos fluxos de comércio exterior. A contra face desse processo de melhora conjuntural e piora estrutural da economia pode ser percebida observando a participação da indústria de transformação do país no PIB.

A redução persistente da participação da indústria de transformação no PIB, desde a consolidação do Modelo Liberal Periférico, tem levado alguns economistas a analisar as possíveis relações desse padrão de desenvolvimento com a desindustrialização precoce⁴ dessa economia, ou pelo menos com a reprimarização da pauta de exportações.

Cabe destacar que a entrada da economia chinesa na OMC teve papel relevante nesse processo de melhora conjuntural da economia brasileira, tendo em vista que a mesma assumiu a condição de principal parceira comercial do Brasil, demandando commodities minerais e agrícolas. Nunca é demais mencionar os efeitos políticos no bloco no poder do atual padrão de desenvolvimento brasileiro, pois toda essa dinâmica permitiu o fortalecimento no interior do Estado de duas frações do capital, quais sejam: o agronegócio e os capitais que atuam na indústria extrativa mineral.

⁴ “A desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio resultante da descoberta de recursos naturais escassos num determinado país ou região é classificada como “negativa”, pois é o resultado de uma ‘falha de mercado’ na qual a existência e/ou a descoberta de recursos naturais escassos, para os quais o preço de mercado é superior ao custo marginal social de produção, gera uma apreciação da taxa de câmbio real, produzindo, assim, uma externalidade negativa sobre o setor produtor de bens manufaturados.” (BRESSER-PEREIRA, 2006 *apud* OREIRO; FEIJÓ, 2010, p.222).

3 AS FACES DO PROCESSO DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Este capítulo propõe destacar a ofensiva do capital sobre a agricultura brasileira quando do predomínio do modelo desenvolvimentista, e a partir dos anos 1990, quando da constituição do padrão liberal-periférico. No decorrer do capítulo, será necessário apresentar alguns esclarecimentos sobre o projeto de modernização da agricultura adotado ao longo do Modelo de Substituição de Importações para que se entenda a natureza do processo de integração do Oeste baiano ao longo da crise do modelo desenvolvimentista.

O próximo ponto deste capítulo se inicia com a discussão sobre o processo de integração do Oeste baiano ao projeto desenvolvimentista de industrialização da agricultura. O elemento central desse capítulo é discutir o processo de reprodução ampliada do capital na agricultura brasileira, destacando a natureza desse processo a partir dos anos 1990, período a partir do qual há uma ofensiva cada vez maior do capital financeiro sobre as economias periféricas, inclusive sobre a economia brasileira, que passa a contar com a entrada massiva desse capital nos diversos setores da atividade econômica, inclusive na agricultura, setor esse que atualmente segue orientado pela lógica da macroeconomia do padrão liberal periférico.

De antemão, cabe destacar que esse recorte analítico em torno da ofensiva do capital financeiro permite a compreensão de duas importantes características, tanto do sistema capitalista, quanto da agricultura na atual fase de desenvolvimento capitalista, quais sejam: 1- o capital financeiro tem uma relação simbiótica com a esfera produtiva, e se expressa no domínio dos meios de produção e na produção de mercadorias; 2-a agricultura tem experimentado profundas transformações e tem se constituído enquanto espaço de acumulação do capital sob a lógica do capital financeiro.

Com base nessas considerações gerais, essa seção do trabalho destaca as mudanças estruturais na agricultura brasileira, proporcionadas pelas diversas facetas do processo de reprodução do capital nesse setor que tem sido escalado pela economia brasileira tanto como o setor-chave do crescimento econômico, quanto como peça fundamental na lógica de funcionamento do padrão liberal periférico.

3.1 O MODELO DESENVOLVIMENTISTA E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA

O processo de valorização e a busca incessante por novos espaços são características intrínsecas ao capital, que ao realizar seu movimento de expansão, com o objetivo de acumulação, submete as mais longínquas regiões à sua lógica de reprodução. Dito isto, é importante destacar que a incorporação das áreas agrícolas do país no processo de produção capitalista da agricultura, especialmente as áreas de cultivo da soja, se deu fortemente orquestrada pela “mão” do Estado desenvolvimentista que conduziu os processos de industrialização do campo através do projeto de modernização conservadora.

Até a década de 1930, predominou na economia brasileira e em diversos países da América Latina o modelo primário exportador, no qual essas economias se encontravam especializadas na produção de matérias-primas e tinham suas dinâmicas voltadas para o mercado externo. No caso da economia brasileira, o principal núcleo agroexportador do final do século XIX até a década de 30 do século XX era a cafeicultura.

A Grande Depressão de 1929 foi capaz de impulsionar transformações na organização do capitalismo mundial. Através do aumento da regulação econômica e da construção do Estado de Bem-Estar Social, as classes dominantes conseguiram “acomodar” ao longo de um período as contradições entre capital e trabalho, estabelecendo assim as bases de um novo padrão de acumulação. Nesse sentido,

Em linhas gerais, a crise de 1929, sem dúvida, desempenhou um papel central no reforço de uma nova institucionalidade, tanto no âmbito do capitalismo, em sua generalidade, quanto no do Estado. A busca de alternativas para conter os efeitos da crise – desemprego e deflação – tendeu a reforçar as mudanças no plano institucional e na determinação das políticas em seu todo. (BALANCO; PINTO, 2007, p.35).

Na economia brasileira, tal crise demarcou o fim do padrão de desenvolvimento associado ao Modelo Primário Exportador e o início do Modelo de Substituição de Importações. O Modelo de Substituição de Importações pode ser analisado levando em conta duas fases⁵: a primeira fase conhecida como nacional-desenvolvimentista (1930-1955); e a segunda fase conhecida como internacional-desenvolvimentista ou de desenvolvimento associado-dependente (1955-1980). Nesse sentido, a Crise de 1929 foi capaz de redimensionar a natureza da inserção internacional da economia brasileira, através da mudança qualitativa no padrão de

⁵ Ver Arend (2009)

desenvolvimento dessa economia – situação que permitiu ao país a internalização das capacidades industriais –, especialmente a internalização das capacidades do setor considerado setor-chave da economia capitalista: o departamento de bens de capital. Transformações dessa magnitude implicaram em novas formas de condução da política econômica, voltadas para o desenvolvimento da industrialização e para uma nova forma de inserção internacional da economia brasileira, sem conseguir alterar, no entanto, as condições de dependência tecnológica e financeira dessa periferia.

Delgado (1985) analisa as transformações experimentadas pela agricultura ao longo do modelo de substituição de importações, argumentando como essas mudanças se expressaram inicialmente na base técnica da agricultura, e posteriormente, com a constituição do Complexo Agroindustrial (CAI). Ainda de acordo com ele, os processos de mudança na base técnica, nos quais um novo padrão tecnológico – atendido inicialmente através da importação de meios de produção industriais- passa a organizar a produção agrícola, correspondem ao primeiro estágio do projeto de modernização agropecuária na década de 50; e o marco da constituição do CAI se insere no final dos anos 60, sob o projeto de modernização conservadora implantado na ditadura militar.

Graziano (1996) também considera a natureza das transformações na agricultura brasileira de maneira semelhante às considerações feitas por Delgado (1985), destacando um período de transformação da base técnica e um período de mudança estrutural, sendo essa mudança estrutural viabilizada pelos mecanismos institucionais que possibilitaram a internalização do setor de bens de capital na economia brasileira: o Plano de Metas (1955) e o II PND dos anos 1970. Para ele, no entanto, é fundamental considerar a noção de “complexos agroindustriais” em lugar de “complexo agroindustrial”, pois a ideia de “complexo agroindustrial” desconsidera a existência de processos distintos nas diversas cadeias produtivas formadas na economia brasileira ao longo do processo de industrialização da agricultura.

A dinâmica da agricultura brasileira até os anos 1950 esteve marcada pela presença das tecnologias tradicionais, sofrendo alteração significativa a partir dos anos 1970, quando começou a passar pelo processo de integração à atividade industrial. Tais transformações chamaram a atenção de diversos estudiosos da economia brasileira, que com aproximações e divergências teóricas entenderam que essas transformações caracterizavam uma nova fase de desenvolvimento da agricultura brasileira, atravessada pelo poder de oligopólio.

O Estado conduziu esse processo de industrialização da agricultura, seja através da definição da estrutura de propriedade da terra – reforçando o predomínio do latifúndio, agora articulado com empresas capitalistas – seja criando novas condições de acumulação para os capitais industriais, através dos diversos instrumentos de política agrícola direcionados para o projeto de modernização da agricultura (FILGUEIRAS, 1994). Nesse sentido, cabe destacar o papel dos instrumentos mobilizados pelo Estado – criação de instituições responsáveis pelo desenvolvimento técnico-científico da agricultura, definição de políticas agrícolas e estratégias de ocupação territorial, política de captação de recursos estrangeiros, dentre outros – para viabilizar o projeto de modernização da agricultura,

[...] é importante lembrar que a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, cumpriu papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e na integração dos capitais agrários ao circuito de valorização do capital financeiro. (SANTIAGO, 2011, p.69).

É importante destacar que uma das principais características do desenvolvimentismo, especialmente na fase internacional-desenvolvimentista, era a internacionalização da economia brasileira, através da captação de capitais estrangeiros e da internalização das multinacionais no mercado interno, buscando o aproveitamento do aprendizado tecnológico dessas empresas. Dessa maneira,

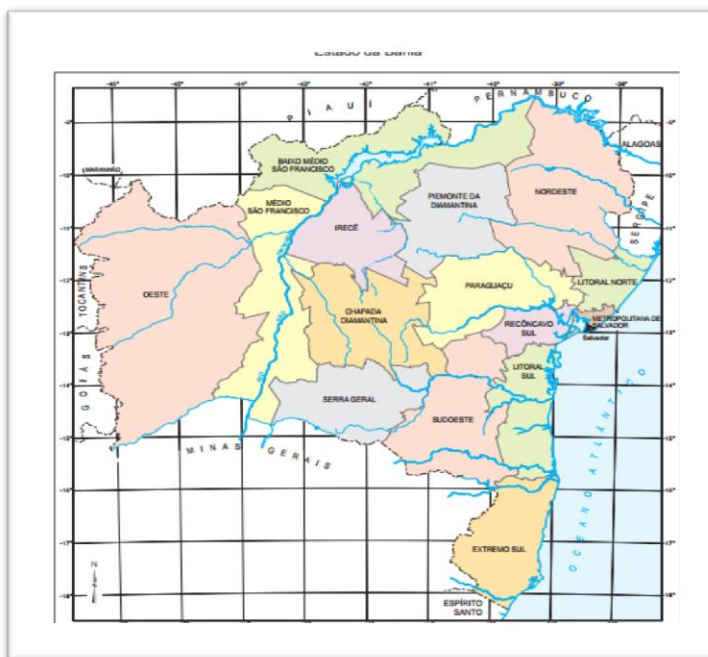
[...] A presença das companhias multinacionais no setor agroindustrial é variável, mas o mais das vezes preponderante. Em 1977, elas controlavam 84% do mercado de tratores (Massey Ferguson, Ford, Case, etc.) e 45% do de ceifeiras-debulhadoras (Massey Ferguson, Nwe Holland, etc.). A Bayer, Shell, Ciba Geigy, Rhône-Poulenc impunham-se no mercado dos produtos fitossanitários, dos quais cerca de dois terços eram importados. Na produção de alimentos para o gado, encontramos a Cargill, Anderson Clayton, Bunge e Born, Central Soya, Louis Dreyfus, bem como grupos brasileiros poderosos como as cooperativas Fecotrigo ou Contriujú. (BERTRAND; LAURENT; LECLERCQ, 1987, p.94).

O Estado desenvolvimentista definiu pouco a pouco o perfil da agricultura brasileira, adequando-a aos interesses dos capitais privados nacionais e internacionais, ao mesmo tempo em que estabelecia os produtos (como a cultura da soja se impondo como ideal), produtores e regiões que imediatamente se beneficiariam da nova fase; além de definir a variável “exportações” como prioridade para esse setor. (BERTRAND; LAURENT; LECLERCQ, 1987).

3.2 A INTEGRAÇÃO DO OESTE BAIANO AO DESENVOLVIMENTISMO

A integração das áreas do Nordeste ao processo de modernização conservadora, através do desenvolvimento da produção da soja, especialmente a área do Oeste baiano, se deu intensamente a partir dos anos 1980, pois até então o projeto desenvolvimentista de difusão da produção dessa cultura agrícola concentrava os principais incentivos em torno da região Sul do país. É nesse movimento, de integração das distintas regiões do país ao processo de industrialização da agricultura, – orientado pelo Estado desenvolvimentista – que alguns municípios do Oeste baiano passam a se mostrar interessantes para o projeto desenvolvimentista já na década de 1960, quando o governo federal começa a se apresentar “timidamente” na região através de incentivos diversos e investimentos em infraestrutura. Ferreira et al (2012) destaca que a região do Oeste baiano (FIGURA 1) é considerada a maior região do estado da Bahia, com uma área de 114.873 Km² de extensão territorial, envolvendo cerca 20% de toda área da Bahia (SEI, 2000 *apud* FERREIRA et al, 2012). Tal região localiza-se nas proximidades de um dos principais rios do Brasil, o Rio São Francisco, e desde o final da década de 1970 vem sendo integrada como um dos principais polos de acumulação do capital, através da produção da soja.

Figura 1: Regiões Econômicas, Bahia



No mapa acima é possível notar que a região Oeste ocupa a maior extensão territorial do estado da Bahia. De acordo com Sano (2011), o Oeste baiano é composto por 24 municípios e três microrregiões: Barreiras, Baianópolis, Formosa do Rio Preto, Catolândia, São Desidério (microrregião de Barreiras), Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Angical, Brejolândia, Cotegipe, Cristópolis, Mansidão, Santa Rita de Cássia, Wanderley (microrregião de Cotegipe) e Tabocas do Brejo Velho, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada (microrregião de Santa Maria da Vitória) e São Felix do Coribe (SANO *et al.*, 2011, p. 480).

Estudos sobre essa região revelam que a mesma era considerada até os 1970 como um espaço “desinteressante” e pouco promissor enquanto lócus de acumulação capitalista. No entanto, atividades tradicionais ligadas à pecuária, a agricultura mercantil, dentre outras já dinamizavam a economia do local e, portanto, tinham sua importância para a região; além disso, não é possível afirmar que não havia presença considerável de capitais privados na região, uma vez que diversos investidores foram atraídos para lá no período áureo do algodão, cana-de-açúcar, algodão e charque. O que se pode afirmar é que os investimentos do Estado eram muito limitados para essa região no período anterior aos anos 1970 (SANTIAGO, 2011, p.59).

A integração do Oeste Baiano ao processo de modernização conservadora se deu em meio aos primeiros sinais de crise do modelo desenvolvimentista da economia brasileira. No entanto, mesmo neste contexto de enfraquecimento do Estado, ao longo da década de 1980, o Oeste baiano assistiu à implantação de duas principais agroindústrias – a Olvebasa em 1989 e a Ceval em 1987 –, ambas financiadas pelos governos estadual e federal.

É importante destacar que nem todos os municípios dessa região passaram por esse processo, e nem é possível afirmar que aqueles que passaram responderam da mesma maneira, haja vista as especificidades de cada município. Nesse sentido, merece destacar os municípios de Barreiras, Baianópolis, Formosa do Rio Preto e São Desidério, considerados os mais afetados pelo processo de difusão da agricultura mecanizada (SANTOS FILHO, 1989 *apud* SALES, 2001).

O Estado centralizador, indutor do processo de desenvolvimento do país começa a ceder espaço para um novo modelo de Estado que assume, a partir dos anos 1990, um papel de regulador da economia, dentre esses o papel de regulador dos distintos interesses dos capitais nacionais e, principalmente, dos interesses do capital estrangeiro.

A partir dos anos 1990, o modelo de produção da soja implementado no Oeste baiano, passaria a ser dinamizado pelos complexos agroindustriais, orientando-se para atender ao mercado externo, colocando a Bahia como um dos principais polos de produção de commodities no Brasil a partir de então.

3.3 A PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO OESTE BAIANO

A participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento econômico das economias periféricas é sempre um tema controverso, e discutido, muitas vezes, a partir de um ponto de vista limitado, fragmentado e, portanto, incapaz de dar conta da totalidade do movimento do capital e da natureza das relações que a associação com o capital estrangeiro põe em movimento.

A associação com o capital estrangeiro não deve ser vista apenas como uma decisão estritamente técnica adotada pelo Estado num determinado momento, já que a forma de participação desse capital na economia influencia não só a dinâmica microeconômica (no plano da inovação tecnológica, no plano da diversificação ou da especialização regressiva), mas principalmente a dimensão estrutural da economia (apropriação interna dos lucros e transferência dos mesmos, aumento da vulnerabilidade externa estrutural e dependência tecnológica e financeira). Nesse sentido, é importante analisar a penetração do capital estrangeiro na economia brasileira, captando o seu desdobramento no processo de acumulação interna e, portanto, o seu padrão de reprodução mais geral.

Osório (2013) destaca a importância de acompanhar os “rastros” do capital estrangeiro nos processos de produção e valorização no ciclo do capital D-M-D'. O autor apresenta o conceito de padrão de reprodução do capital, o qual se assenta num menor nível de abstração, a fim de elucidar como a forma material do capital (estatal, privado nacional, privado estrangeiro) se expressa no ciclo de reprodução ampliada do capital. O autor destaca,

Com D se colocam as interrogantes a respeito de quem investe, quanto investe e em que investe. Em relação a quem investe, apresentam-se as seguintes opções: capital privado, nacional ou estrangeiro, e capital público estatal. As proporções entre esses atores do investimento variam de acordo as exigências do capital. [...] Nas perguntas sobre o montante dos investimentos e em que se realizam, podemos encontrar algumas chaves para determinar os ramos e setores que estão ocupando um lugar central na acumulação e na reprodução do capital. (OSÓRIO, 2012, p.48).

Em economias periféricas a forma de participação do capital estrangeiro no processo de acumulação merece atenção, tanto por seus efeitos no plano microeconômico quanto por seus efeitos estruturais, sendo esses últimos capazes de debilitar a geração endógena do progresso técnico, reforçar a dependência tecnológica e financeira, além de acentuar a vulnerabilidade externa estrutural da economia. Arend (2009) destaca que a forma de participação do capital estrangeiro na economia brasileira na fase internacional-desenvolvimentista (1955-1980) – período no qual foi conferido papel de protagonista às empresas estrangeiras nos diversos setores dessa economia –, ao mesmo tempo em que proporcionou o “catching up” ao paradigma metal-mecânico-químico debilitou a capacidade de geração endógena de inovação tecnológica e, portanto, redefiniu as bases da dependência tecnológica e financeira (AREND, 2009). Para ele,

[...] conferir às empresas estrangeiras os setores-chaves da dinâmica econômica interna é exatamente a meta buscada pela estratégia dependente de ingresso em paradigmas tecnoeconômicos. A economia periférica pode ingressar em uma trajetória de crescente atraso tecnológico exatamente por estar aprisionada a um padrão catching up dependente. Considerando a importância da história, a saída de uma situação de crescente atraso tecnológico não é simples para uma economia que ingressou na fase final de um paradigma tecnoeconômico pela internalização de empresas estrangeiras, não fortalecendo as capacidades inovativas e competitivas de suas empresas nacionais. (AREND, 2009, p. 58).

Ao propor o conceito de padrão de desenvolvimento, Filgueiras (2013) se ocupou também de destacar a importância de acompanhar a participação do capital estrangeiro no processo de produção e valorização capitalista. Mais precisamente, o autor busca acompanhar o movimento desse capital e seus efeitos no desenvolvimento econômico a partir de dois atributos do padrão de desenvolvimento: 1-do ponto de vista do processo de incorporação do progresso técnico, no que tange à capacidade endógena de geração de inovações e a existência, ou não, de uma política industrial e tecnológica na economia (Op cit. 2013); ou seja, o autor busca acompanhar as capacidades de inovação endógena, que podem ser verificadas tanto no plano microeconômico (das capacidades das empresas/ agentes privados internos), quanto no plano macroeconômico (aquele relativo às políticas econômicas, de impulso à industrialização e desenvolvimento tecnológico, implementadas pelo Estado); 2- do ponto de vista do modo de financiamento da acumulação, que diz respeito à participação de instituições financeiras públicas e/ou privadas e/ou do financiamento externo; ou seja, aqui o autor coloca a importância de entender o processo de financiamento da economia, destacando as distintas fontes do financiamento da acumulação, dentre essas, as fontes externas.

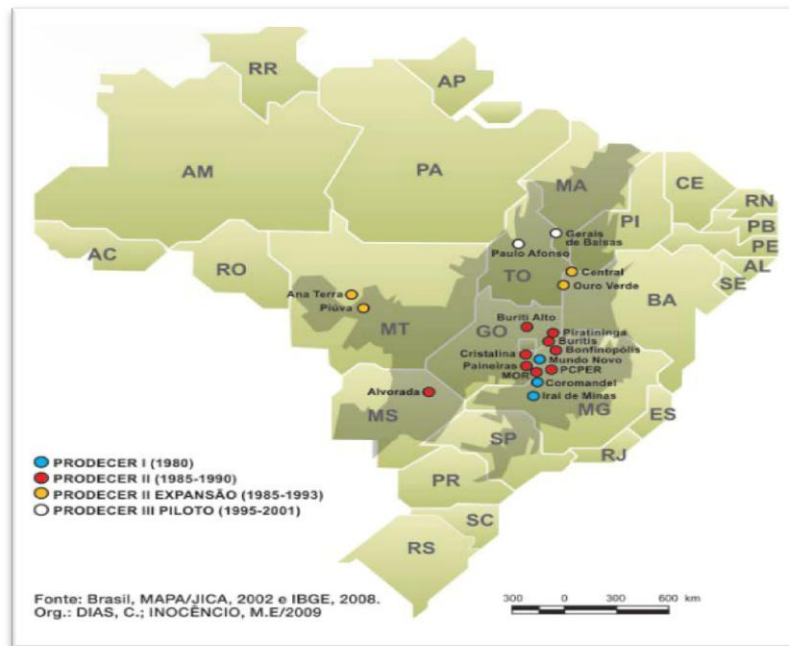
Assim, nota-se que a atenção em torno da participação do capital estrangeiro nas economias e da relação do Estado com esse processo, especialmente nas economias periféricas, está presente nas investigações daqueles teóricos que se encontram nos âmbitos marxista e heterodoxo da teoria econômica; atenção dispensada, diga-se de passagem, pelos teóricos da ortodoxia econômica, que acreditam tanto no perfeito funcionamento do sistema a partir da livre mobilidade de capitais, quanto na presença de vantagens comparativas entre as economias, elementos que garantem as posições das economias “naturalmente” no sistema capitalista.

No processo de desenvolvimento do Oeste baiano, ao longo da década de 1980, a participação do capital estrangeiro se expressa através dos financiamentos dos bancos privados japoneses, institucionalizados no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). Implementado nacionalmente a partir dos anos 1980, com base no II PND, tal programa se caracteriza enquanto acordo internacional, firmado entre o Japão e o Brasil para a ocupação dos cerrados com foco no desenvolvimento da produção de commodities, especialmente da soja, tanto para atender a demanda japonesa quanto para ampliação dos investimentos agrícolas em terras estrangeiras. Naquela ocasião, o Japão encontrava dificuldades de abastecer seu mercado com a soja dos EUA, devido às restrições que os EUA impuseram às exportações dessa cultura agrícola, com o intuito de proteger seu mercado interno (INOCÊNCIO, 2009).

Essa dependência da economia japonesa, de importar alimentos, somada às estratégias de modernização conservadora levadas adiante pelo Estado desenvolvimentista brasileiro, levaram essas economias a estabelecer um acordo bilateral para a produção de produtos agrícolas exportáveis no cerrado, tendo como base a participação do capital japonês no processo de financiamento dos insumos, da pesquisa agropecuária e da transferência de técnicas produtivas avançadas.

Cabe destacar que esse programa se divide em três partes (PRODECER I, II e III), se estendendo para os cerrados baianos somente a partir da segunda metade dos anos 1980, sob orientação do Prodecer II. O Prodecer I expressa a primeira fase do programa, que beneficiou o Estado de Minas Gerais, a região sul dos cerrados. A região do cerrado baiano só passa a se beneficiar do programa a partir dos anos 1985, quando o programa alcança a Bahia, sob orientação do Prodecer II (ver FIGURA 2).

Figura 2: Implementação do Prodecet I, II e III



Fonte: Extraído diretamente de DIAS; INOCÊNCIO; 2009

Para Inocêncio (2010, p.294),

O PRODECER, para ser estruturado, contou, além do apoio do governo federal, que repassava os financiamentos, com os governos estadual e municipal que ficaram encarregados de melhorar a infraestrutura socioeconômica, além da iniciativa privada. A coordenação de todo o programa ficou a cargo da CAMPO.

A coordenação desse programa ficou a cargo da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO). Essa companhia foi fundada⁶ em novembro de 1978, através dos investimentos da Jadeco (Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation) – empresa *holding* japonesa, com sede em Tóquio e fundada no mesmo ano –, representante de 49% dos investimentos; e da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (Brasagro), *holding* brasileira, fundada em outubro do mesmo ano e sediada na capital de Minas Gerais, que entrou com 51% de capital para a companhia.

O conjunto de ações do programa, que contemplava desde estratégias para a organização da produção (tecnologias e tipos de lavouras) até a seleção de áreas para a execução de

⁶ Informações disponíveis no site da CAMPO: <http://www.campo.com.br/proceder/>

projetos, e que tinha como característica central o apoio desigual tanto para os municípios quanto para os agricultores, levou projetos para alguns municípios do Oeste – especialmente o município de Formosa do Rio Preto –, diretamente favorecido pelo programa, criando condições para esses espaços figurarem como um dos principais eixos de produção de soja, voltados principalmente, para o mercado externo, e de acumulação do capital via concentração da propriedade de terras. Para Santos (2008, p. 90), tal programa,

Tratou-se do primeiro projeto para aquele espaço agrícola em que a transformação tecnológica e o desenvolvimento da agricultura em bases empresariais estavam previstos na direção da provocação de mudanças significativas na estrutura fundiária e produtiva. Isso porque os objetivos do programa estavam voltados para a criação de fazendas de grande porte, com agricultores com suporte empresarial e capacidade de utilizar novas tecnologias intensivas em capital. [...] A seletividade dos investimentos públicos e privados na implantação do Programa, no caso específico das áreas de cerrados do Oeste da Bahia, podemos dizer, resultou numa intensa aceleração das desigualdades econômicas e sociais e contribuiu, decisivamente, para a formação de novos segmentos sociais na região.

Esse processo de associação-dependente com o capital estrangeiro no Oeste baiano não se restringirá ao caso do Prodec. Alcançará, antes de tudo, a partir de novas bases de dependência, a dinâmica produtiva dos complexos agroindustriais nessa região a partir dos anos 1990. Dessa maneira, é importante destacar, como consequência desse processo, mais um capítulo do desenvolvimento brasileiro marcado pela transferência dos centros de decisão estratégicos para fora da economia brasileira.

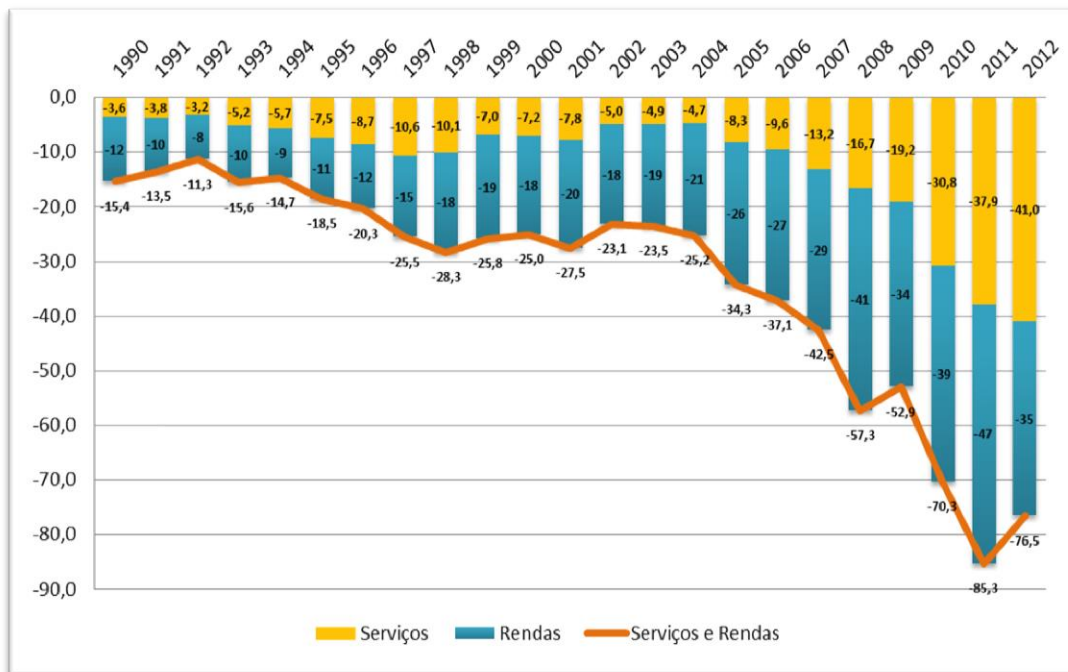
3.4 A DESREGULAMENTAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DA SOJA NO OESTE BAIANO

A adoção do Plano Real, na segunda metade da década de 1990, marca uma nova trajetória da dependência econômica e financeira da economia brasileira. Esse plano trouxe também mudanças significativas para a agricultura brasileira, já que dentre as reformas que acompanhavam o plano de estabilização estavam a forte abertura comercial, a valorização cambial e as altas taxas de juros, sendo essas duas últimas as principais variáveis utilizadas no controle da inflação.

Alguns economistas, especialmente aqueles estudiosos da microeconomia tradicional ou vinculados à tradição liberal, destacam os possíveis efeitos positivos da abertura comercial e

financeira em geral para a competitividade do setor agrícola brasileiro, que se beneficiou, por exemplo, do barateamento dos insumos importados (fertilizantes, pesticidas e máquinas). Por outro lado, esse mesmo processo também criou barreiras para o setor, já que a valorização cambial e as altas taxas de juros promoveram uma queda significativa nos preços agrícolas e das terras (SOLOGUREN, 2004). Cabe destacar que esse tipo de análise, que privilegia basicamente a microeconomia, tende, na maioria das vezes, a restringir todos os impactos estruturais do programa de abertura econômico-financeira ao que ele sugere de mais aparente, ou seja, esse tipo de análise tende a desconsiderar os efeitos da liberalização no que tange à criação endógena de capacidades de inovação tecnológica, só para mencionar uma limitação teórica, ainda no plano microeconômico, própria de algumas análises de natureza microeconômica. Ademais, na maioria dos casos, é completamente indiferente à contrapartida exigida, diga-se remessa de lucros, juros e royalties, pelo capital estrangeiro que se instalou na economia brasileira a partir das reformas neoliberais (GRÁFICO 4).

Gráfico 4: Serviços e Rendas - Brasil - US\$ Bilhões (1990 a 2012)



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013

O conjunto de reformas que compunha o Plano Real deve ser entendido com base na perspectiva da economia política. O Plano Real tinha um nítido conteúdo político, que expressava a correlação de forças entre capital e trabalho – muito mais favorável ao primeiro –, além disso, guardava uma “afinidade eletiva” com o núcleo de acumulação (o capital

financeiro) da nova etapa de acumulação do capital no mundo. Nesse sentido, o conjunto de reformas proposto pelo Plano Real (abertura comercial e financeira, ajuste fiscal do Estado), dentre outras reformas gerais previstas para a economia na época, tais como as privatizações em diversos setores estratégicos, expressam a hegemonia política neoliberal e o marco na consolidação de um novo bloco no poder na economia brasileira.

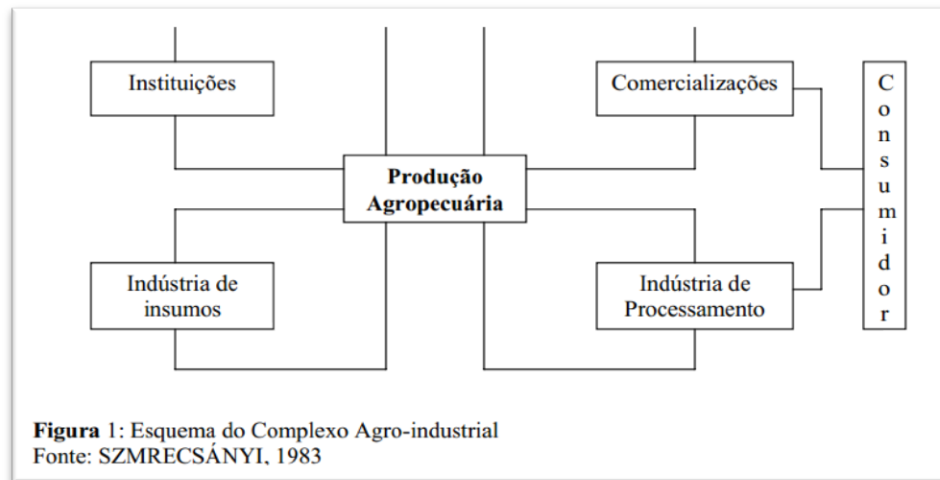
Albano e Sá (2011) destacam os efeitos desse plano de estabilização na agricultura brasileira. Para eles, a posição expressiva da economia brasileira no comércio da soja e o volume da produção atraíram para essa economia as grandes *tradings* (multinacionais) durante os anos 1990. No entanto, os elementos que proporcionaram a internalização dessas multinacionais na economia brasileira, e conseqüentemente, mais uma etapa de transferência dos centros de decisão para as economias centrais – que atualmente dominam boa parte desse comércio no país –, foram as reformas neoliberais propostas pelo Plano Real. Nesse sentido destacam que,

O processo recente de fusões e aquisições envolvendo as multinacionais no campo brasileiro não é obra do acaso. A série de reformas neoliberais dos anos 90, a estabilidade de preços ocasionada pelo Plano Real, as altas taxas de crescimento do consumo logo após sua implantação, além do programa de privatização erigido no mesmo período atraíram o capital externo ao país. (ALBANO; SÁ, 2011, p.60)

É nesse contexto político-econômico dos anos 1990 que será estruturado, no Oeste baiano, o complexo agroindustrial da soja, tendo como elementos que condicionam a sua dinâmica produtiva o contexto institucional local e a presença das indústrias a jusante e a montante da cadeia produtiva dessa cultura agrícola (SANTIAGO, 2011, p.91).

O processo de incorporação das áreas agrícolas do Oeste baiano ao processo de produção capitalista da agricultura concentrou-se, como foi dito anteriormente, em torno da cultura da soja, que apresentava cada vez mais uma demanda crescente no mercado internacional. É a partir dessa cultura agrícola que será estruturado esse complexo, com forte grau de oligopolização. Nesse sentido, cabe destacar que a consolidação do complexo agroindustrial da soja no Oeste baiano esteve condicionada à dinâmica da economia brasileira ao longo dos 1990, portanto, tal processo esteve subordinado à consolidação do padrão de desenvolvimento que emergia ao longo dessa década, fortemente marcado pela expressão do capital estrangeiro e financeiro no bloco no poder. A FIGURA 3 ilustra a composição de um tipo de complexo agroindustrial, no qual é possível notar a presença dos diversos setores que compõem a dinâmica do CAI: indústria de insumos, instituições (financeiras, creditícias, P &D, universidades), indústria de processamento (setor a jusante) e setor comercial.

Figura 3: Esquema do Complexo Agroindustrial



Fonte: Extraído de SZMRECSÁNYI, 1983

De acordo com Albano e Sá (2011), a multinacional originalmente holandesa, Bunge – mas com uma parte da trajetória estabelecida na Argentina, quando em 1876, Ernest Bunge, neto do fundador, segue para a América Latina e se estabelece na Argentina⁷ – chega ao Brasil no início do século XX, em 1905, quando adquire o Moinho Santista Indústrias Gerais, em Santos-SP, se estabelecendo no país a partir de então, e desenvolvendo suas atividades ligadas à moagem e o algodão. A partir dos anos 1990, a Bunge e outras três principais corporações (Cargill, ADM e Dreyfus), além da trading nacional Maggi – principal grupo nacional de exploração da área dos cerrados brasileiros – encontram condições, a partir das políticas econômicas do governo FHC, para se expandir e se firmar no ramo do agronegócio nacional através da concentração e centralização de capitais, adquirindo cada vez mais poder sobre as atividades econômicas no campo brasileiro, incluindo aí a preservação do latifúndio.

A multinacional Cargill adquiriu a Óleos Vegetais da Bahia S/A (OLVEBASA) em 1997, e a Bunge adquiriu a Ceval em 1998. A Olvebasa, agroindústria ligada à produção de óleo e farelo de soja, foi instalada na região do Oeste baiano a partir de 1989, e passou ao controle da multinacional Cargill em 1997 (SANTOS FILHO, 1989 *apud* SALES, 2001). A Ceval Alimentos S/A iniciou suas atividades nos cerrados baianos em 1987, e em 1998 a Bunge adquiriu o seu controle acionário, tornando-se o terceiro maior grupo do setor alimentício no mundo e uma das principais exportadoras do agronegócio brasileiro. Segundo Santiago (2011, p.94),

⁷ Informações disponíveis no site oficial da Bunge: <http://www.bunge.com.br>

[...] Desse modo, as duas indústrias processadoras instaladas em tais espaços no início dessa década, *Ceval* e *Olvebasa*, passaram por processos de venda e arrendamento, respectivamente, sendo controladas por empresas multinacionais – no primeiro caso, *Bunge Alimentos* e, no segundo, *Cargill*.

A marca do CAI brasileiro é o domínio do capital estrangeiro, que se expressa no controle de algumas multinacionais tanto no setor a montante quanto no setor a jusante, as quais têm como base estratégica de acumulação uma perversa articulação com os latifúndios voltados para o mercado externo.

4 O AGRONEGÓCIO E A DINÂMICA DO MODELO LIBERAL PERIFÉRICO

Nas últimas décadas o mundo vem experimentando mudanças estruturais na agricultura, que passa cada vez mais ao controle do capital financeiro, seja através do controle dos preços (via especulação no mercado financeiro), seja através dos instrumentos do mercado financeiro (contratos de precificação no presente e comercialização no futuro), dentre outros mecanismos. Nesse paradigma de acumulação, observa-se a corrida promovida por alguns países para controlar a produção de alguns bens da natureza, dentre os quais se destacam as faixas de terras – através do mercado de terras e projetos de “cooperação” internacional em áreas rurais com potencial para exploração capitalista, como na África e América Latina, por exemplo –, além da corrida em busca do controle estratégico de algumas sementes. Na economia brasileira a concentração da propriedade de terras, a negação da reforma agrária e a concentração da produção agrícola em alguns produtos, dentre eles a soja, expressam esse processo mais geral de corrida do capital financeiro articulado com empresas transnacionais em busca de valorização na agricultura nas últimas décadas.

Com base nessas considerações, este capítulo propõe discutir o sentido do agronegócio na dinâmica do Modelo Liberal Periférico enquanto elemento que vem sustentando a acumulação deste padrão de desenvolvimento, desde o início dos anos 2000, mais especificamente a partir do governo Lula; ao mesmo tempo em que expressa as tendências à especialização regressiva na pauta exportadora, inerentes a esse padrão de desenvolvimento. Este último capítulo do trabalho reafirma a intenção de tratar o conceito de agronegócio com base numa perspectiva da economia política, o que permite entendê-lo captando suas contradições e limites.

4.1 O QUE É AGRONEGÓCIO?

Diversos conceitos relacionados ao processo de reestruturação da agricultura, dentre eles o conceito de agribusiness, foram desenvolvidos ao longo dos últimos anos. É com base nas mudanças técnico-científicas, organizacionais, institucionais e sociopolíticas que alguns teóricos buscaram entender as tendências na agricultura após a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Delgado (2013) o termo ‘agribusiness’ tem como fundamento teórico os estudos desenvolvidos em 1957 por John Davis e Ray Goldberg, dois economistas norte-americanos e professores da Universidade de Harvard, que se dedicaram a compreender o processo de

mudanças estruturais que a agricultura passava desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi a partir desses estudos que esses dois economistas desenvolveram o conceito de agribusiness, o qual se apresenta como “a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles”.

Parte da literatura econômica sobre industrialização da agricultura considera que o conceito originário de agribusiness, ao contrário do conceito de CAI, envolve um conjunto de atividades relacionadas à produção de produtos agroindustriais, ou seja, enquanto o conceito de complexo agroindustrial parte da matéria-prima base até à sua modificação, que se expressa em diversos produtos finais⁸; o conceito de agribusiness não tem como ponto de partida nenhuma matéria-prima em específico, mas sim as atividades (produção, distribuição, armazenamento e processamento) que envolvem os produtos agroindustriais. No entanto, ciente da existência desses enfoques teóricos que consideram importante distinguir o conceito de complexo agroindustrial do conceito de agribusiness e de outros conceitos, como o sistema agroindustrial (SAG); esse trabalho considera a noção de CAI como análoga à noção originária de agribusiness, não pelas especificidades descritivas em si, mas por certa proximidade entre ambos os conceitos no que tange à síntese mais geral do “agro e industrial” ao longo do processo de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, e por entender que o CAI é uma das principais estruturas que representa aquilo que convencionalmente se chama “agronegócio brasileiro”.

Ademais, esse trabalho assume outro conceito de agronegócio, aquele em que o agronegócio é entendido enquanto fração do capital. Essa concepção está baseada naqueles autores⁹ que reivindicam uma compreensão desse conceito com base no aporte teórico da economia política, já que o conceito originário de ‘agribusiness’ reduz as mudanças estruturais que foram se processando na agricultura mundial a uma ideia descritiva e técnica na qual as relações sociais de produção “desaparecem” e, conseqüentemente, ofusca-se as contradições do sistema capitalista, e em seu lugar as noções técnicas e contábeis das operações da produção agrícola aparecem como elementos capazes de explicar as mudanças na agricultura. (DELGADO, 2013)

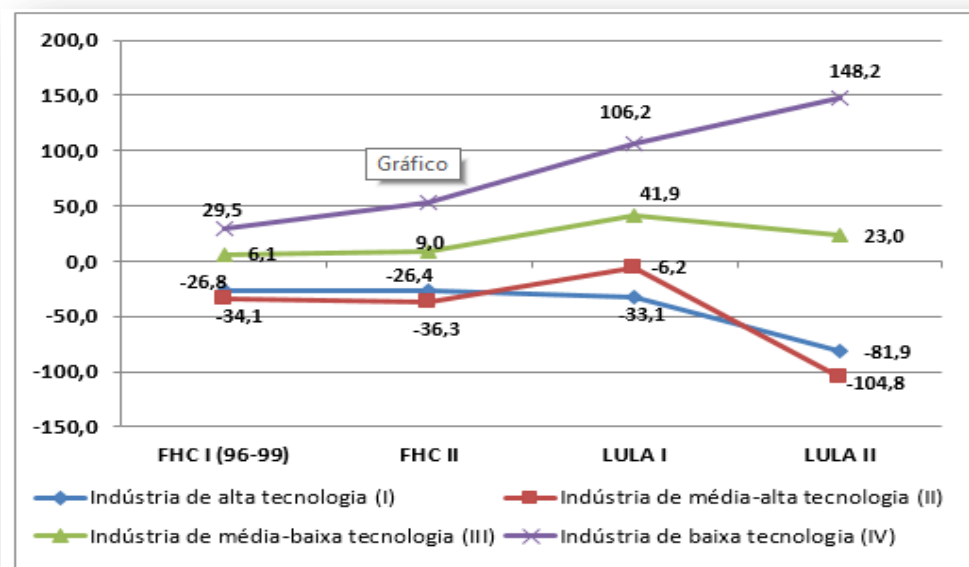
⁸ O CAI da soja é formado por três níveis que expressam o processo de transformação industrial desde a matéria-prima até às suas modificações (grão, farelo e óleo).

⁹ Ver artigo “Reestruturação da economia do agronegócio - anos 2000”, de autoria do economista Delgado (2013).

4.2 REPRIMARIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA E ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA

A relação existente entre o padrão de desenvolvimento e o processo de especialização regressiva na pauta exportadora de uma economia se encontra no papel que os elementos estruturais (aqueles relativos à inserção internacional do país, à participação expressiva do capital estrangeiro no financiamento da acumulação, dentre outros) de um padrão de desenvolvimento específico desempenham na dinâmica de acumulação de uma dada formação econômica. Nesse sentido, é possível analisar as relações do Modelo Liberal Periférico com o processo de especialização regressiva da economia brasileira, que se expressa no destaque considerável que a indústria de baixa-intensidade tecnológica ganha na pauta de exportações dessa economia (GRÁFICO 5). Nesse caso, ao que tudo indica, essa relação tem proporcionado um ritmo de acumulação orientado por aqueles produtos de menor conteúdo tecnológico.

Gráfico 5: Saldo comercial acumulado dos setores industriais brasileiros (US\$bi)



Fonte:, BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2013

Os déficits no saldo comercial das indústrias de alta e média-alta tecnologia, que aparecem no Gráfico 5, mostram as dificuldades que esse segmento da indústria de transformação vem

enfrentando para “puxar” o ritmo da acumulação da economia brasileira desde a consolidação do Modelo Liberal Periférico.

Boa parte da literatura econômica sobre o desempenho da indústria brasileira, ao longo da década de 1990, trata dos efeitos problemáticos que a liberalização econômico-financeira promoveu nesse setor de maneira geral. A indústria nacional foi completamente desestruturada pelas políticas econômicas aplicadas durante os dois governos FHC, que eram aplicadas sistematicamente com base no discurso da modernização empresarial e do aumento da produtividade. A tão falada transferência tecnológica das multinacionais para a economia brasileira não veio, e conseqüentemente, a modernização das empresas brasileiras se fez com base na apropriação dos ativos nacionais pelo capital estrangeiro. A desnacionalização econômica chegou, trazendo a introdução de novos padrões de produção e competitividade, e consolidando a liderança de empresas estrangeiras, que se estabeleceram no mercado nacional e puderam contar com um ambiente, em grande medida, favorável à exploração dos recursos nacionais e à transferência das rendas para suas matrizes nos países centrais.

Nesse contexto, as políticas econômicas aplicadas durante o governo FHC produziram impactos significativos na reestruturação complexo agroindustrial brasileiro, especialmente no complexo agroindustrial da soja, que passou cada vez ao domínio do capital estrangeiro, tal como se deu com o setor de telecomunicações e energia. Wesz (2011) destaca que outros fatores, tais como mudanças tecnológicas, regulatórias e mercadológicas impactaram a dinâmica desse complexo, principalmente no que tange às estratégias competitivas e à concentração da produção e exportação na forma de grão, a forma que menos agrega valor na produção.

A Lei Kandir, promulgada no primeiro governo de FHC, em setembro de 1996, pode ser vista como o principal marco regulatório que alterou a dinâmica da cadeia da soja desde então. (GIEMBINSKY, 2006, p.57). Essa lei, que propunha mudanças substanciais na arrecadação estadual do ICMS, traz em um dos seus artigos a desoneração do imposto para “operações e prestações que destinem ao exterior, mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados, ou serviços”¹⁴. Nesse sentido, essa mudança regulatória estimulou as exportações de produtos com menor conteúdo tecnológico agregado, já que a desoneração do ICMS para esses produtos possibilitou melhores condições de rentabilidade para empresas exportadoras de produtos primários.

A participação geral do Brasil na produção de soja continuou avançando internacionalmente, no entanto, o complexo da soja assistiu um decréscimo da participação do farelo e óleo, enquanto o crescimento das exportações esteve mais concentrado na produção de grão, que agrega menor conteúdo tecnológico, e conseqüentemente, menor valor agregado ao produto. (WESZ, 2011). Ainda de acordo com o autor,

[...] a publicação da Lei Kandir acabou provocando uma reconfiguração e uma reestruturação das empresas esmagadoras de soja à medida que a isenção de impostos acabou aumentando as margens de lucro na comercialização in natura e diminuindo a rentabilidade dos produtos beneficiados pela agroindústria. (WESZ, 2011, p.33).

Num cenário de ampla mundialização do capital, os países periféricos acabam se tornando cada vez mais vulneráveis ao movimento do capital, já que o capital acaba contando com maior capacidade de deslocamento entre as economias. Isso tem se dado com bastante frequência no mundo das cadeias agroindustriais. Nesse sentido, é possível perceber que os países, especialmente as economias dependentes, se tornam cada vez mais incapazes de fazer política econômica e tributária sem levar em conta a dimensão de poder que o capital adquiriu nesse contexto de mundialização do capital. No caso do complexo agroindustrial da soja brasileiro essa alteração tributária, proposta pela Lei Kandir, foi capaz de impulsionar, juntamente com a sobrevalorização cambial, durante o primeiro governo FHC, a tendência à especialização regressiva na pauta exportadora do país, na medida em que as empresas multinacionais com maior incremento tecnológico na dinâmica do complexo – aquelas atuantes no esmagamento da soja – buscaram deslocar sua produção para economias que ofereciam condições tributárias e competitivas mais interessantes para sua produção e exportação (WESZ, 2011).

A partir de 1997, ano posterior à introdução da Lei Kandir, há um salto de 129% nas exportações da soja em grãos da economia brasileira em relação ao ano anterior (QUADRO 2). Essa tendência crescente se afirma com muito mais expressividade ao longo dos anos 2000, quando a economia brasileira encontra uma conjuntura favorável por parte da demanda chinesa pela soja em grãos.

Quadro 2: Soja em grãos – quantidade exportada (1994-2010)

ANO	MIL TONELADAS
1994	5.217
1995	3.299
1996	3.647
1997	8.340
1998	9.279
1999	8.917
2000	11.513
2001	15.675
2002	15.970
2003	19.890
2004	19.247
2005	22.435
2006	24.956
2007	23.734
2008	24.499
2009	28.563
2010	29.073

Fonte: Elaboração própria, 2014, dados ANEC, 2014

Para Macedo (2010, p.103),

Há uma mudança estrutural importante, derivada do esforço exportador atrelado à política econômica do período pós-Real que desonerou as vendas externas dos produtos primários. Com isso a Lei Kandir, que desde o final dos anos 90 privilegiou as exportações de matérias-primas (soja em grãos) em detrimento de produtos acabados (farelo e óleo) contribuiu para a queda de participação dos produtos industrializados: farinha/farelo cai de 59,7% do total de exportações do grupo soja em 1989 para 47,9% (1994), 36,6% (2002) e 24,3% (2008); óleo, nos mesmos anos apresenta participações de 9,8%, 20,3%, 12,9% e 14,8%, indicando que, a despeito de crescimento absoluto (em valor e quantidade), há uma especialização regressiva na pauta exportadora, com queda de participação dos produtos agroindustriais. Grãos passam de 31,5% em 1989 para 60,9% em 2008 [31,8% (1994) e 50,5% (2002)] dentro do grupo, ampliando sua participação de 33,3% da pauta de exportações da agropecuária brasileira em 1989 (3,4% da pauta total) para 52,0% em 2008 (5,5% da pauta total).

A principal marca do governo FHC é a “corrida” em busca da associação-dependente com o capital internacionalizado através das privatizações, fusões e aquisições nos diversos setores da economia brasileira. No caso das agroindústrias, esse processo se revelou como um dos mais concentrados em algumas poucas multinacionais, as quais têm se mostrado capazes de construir, juntamente com a fração agrária da burguesia brasileira, o modelo de exploração do campo brasileiro, popularmente conhecido como agronegócio, que expressa o processo de “reprimarização” da economia e a manutenção histórica do latifúndio brasileiro.

4.3 O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: A PARTICIPAÇÃO DO OESTE BAIANO

A primeira inflexão no Modelo Liberal Periférico, que se deu no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), evidencia o papel que a agricultura brasileira, cada vez mais dominada pelo capital – principalmente pelo capital estrangeiro –, assumiria enquanto base de sustentação da lógica de acumulação desse padrão de desenvolvimento na medida em que as circunstâncias cambiais forçaram a economia brasileira a encontrar um caminho para solucionar os déficits em transações correntes, cada vez mais crescentes por conta das remessas de lucros das empresas instaladas na economia pós-Real, e do pagamento dos serviços da dívida externa. Essa solução surge pelo lado do comércio internacional, que estabelece para o agronegócio brasileiro, especialmente a partir dos anos 2000, já no governo Lula, a função de gerar saldos positivos para evitar o déficit em transações correntes da economia brasileira.

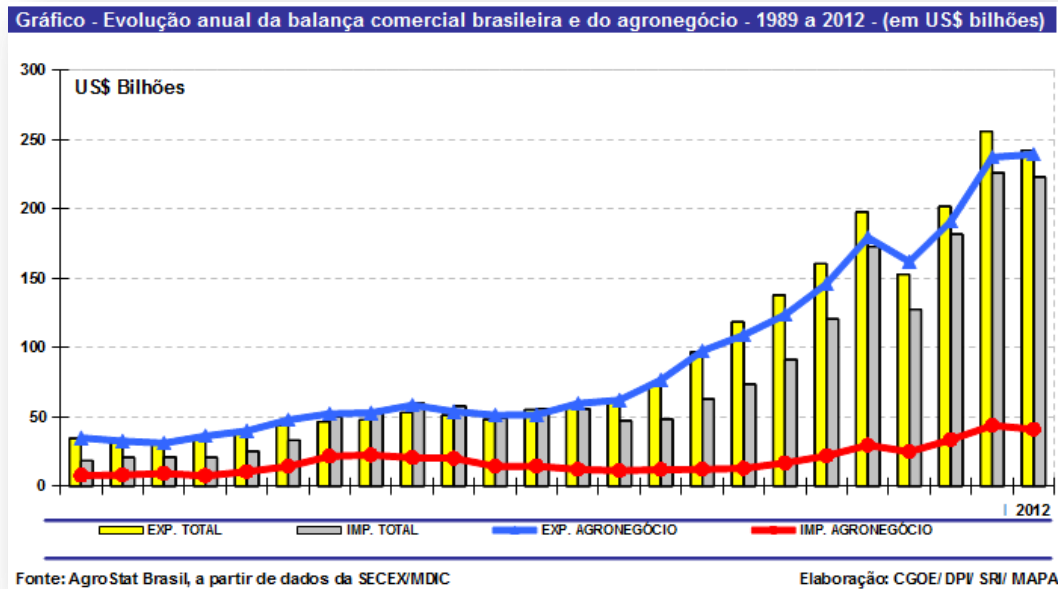
O primeiro governo Lula (2003-2006) encontrou um comércio internacional bastante favorável para algumas commodities minerais e agrícolas (soja, milho, açúcar, carnes e madeira), o que permitiu que esse governo obtivesse com a estratégia do agronegócio arquitetada no governo Fernando Henrique Cardoso, resultados positivos no comércio internacional e alcançasse durante cinco anos (2003-2007) superávits nas transações correntes (GONÇALVES, 2012; DELGADO, 2013; FILGUEIRAS, 2013).

O gráfico abaixo¹⁰ mostra o comportamento da balança comercial brasileira e o do agronegócio desde a consolidação do Modelo Liberal Periférico. É possível perceber que, dos anos 1990 até os anos 2000, as exportações do agronegócio (linha azul) mantêm um

¹⁰ Gráfico extraído diretamente da página: <http://www.agricultura.gov.br/internacional/indicadores-e-estatisticas/balanca-comercial>

comportamento estável, sem grandes saltos. A partir dos anos 2003 as exportações do agronegócio apresentam um comportamento ascendente, ao mesmo tempo em que seu desempenho parece atrelado ao comportamento da variável “exportação total”, o que corrobora para a discussão sobre a reprimarização da pauta exportadora.

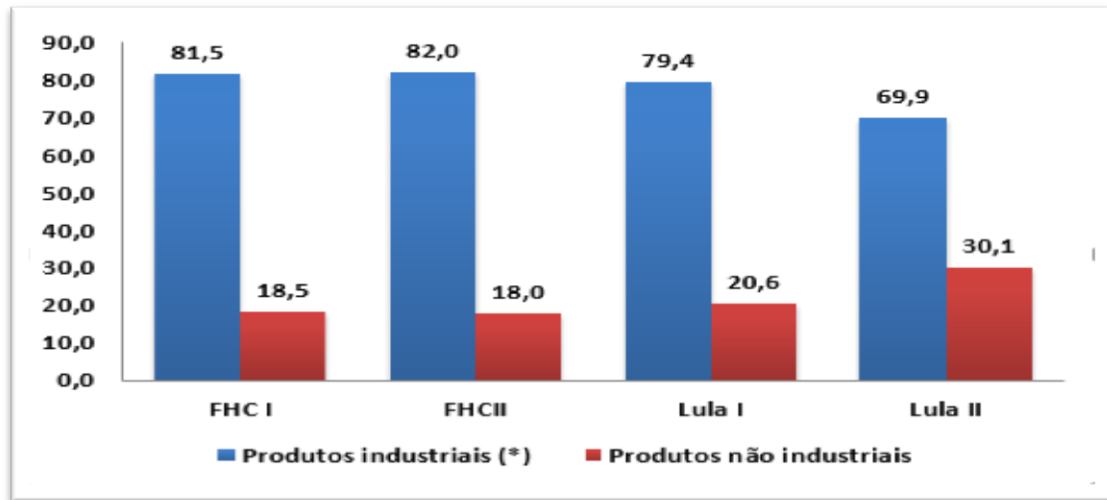
Gráfico 6: Balança comercial brasileira e do agronegócio -1989 a 2012



Fonte: BRASIL, Ministério da Indústria e Comércio Exterior 2014

A dinâmica desse processo se deu acompanhada da notória queda da participação dos produtos industriais e do aumento da participação dos produtos não industriais no total das exportações da economia brasileira (GRÁFICO 7). No gráfico abaixo, é possível verificar uma queda da participação dos produtos industriais no total das exportações do governo FHC I até o governo Lula II, e ao mesmo tempo um crescimento da participação dos produtos não industriais no mesmo período analisado.

Gráfico 7: Exportação brasileira por intensidade tecnológica – % do total exportado



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013

Delgado (2013, p.66) acrescenta que,

[...] Se somarmos aos produtos básicos os “semimanufaturados”, que na verdade correspondem a uma pauta exportadora das cadeias agroindustriais e minerais, veremos que esse conjunto de exportações primárias “básicos” + “semielaborados” evoluirá de 44% no período 1995-1999, para 54,3% no triênio 2008-2010, enquanto que de forma recíproca as exportações de manufaturados involuirão em termos proporcionais no mesmo período, caindo de 56% para 43,4%.

É nesse contexto de crescimento das exportações das cadeias agroindustriais que o complexo da soja desponta como o principal gerador de divisas cambiais (TABELA 3) do agronegócio brasileiro, ocupando 49% da área plantada em grãos do país.

Tabela 3: Exportações do agronegócio (US\$ mi) – principais produtos entre 2006 e 2012

Produtos	Ano 2006	Ano 2012	Incremento no período (%)
1° Complexo da soja	9.308	26.114	180,6
2° Carnes	8.642	15.736	82,1
3° Complexo sucroalcooleiro	7.788	15.045	93,2
4° Cereais, farinhas e preparações.	723	6.674	823,5
5° Café	3.364	6.463	92,1

Fonte: Elaboração própria, 2014, com dados do MAPA, 2012

O outro lado da moeda que evidencia a dependência da economia brasileira são as importações dessa economia, que se concentram nos produtos de maior intensidade tecnológica. Assim, se de um lado a inserção internacional da economia brasileira escancara a sua dependência tecnológico-financeira, por outro lado, endogenamente, esse movimento amplia a superexploração do trabalho na cidade e no campo, e reforça a concentração da propriedade de terras, possibilitando a consolidação de uma articulação entre latifundiários e capitalistas agroindustriais, capaz de colocar em movimento um modelo de produção na agricultura extremamente desigual. Segundo Delgado (2013, p.64):

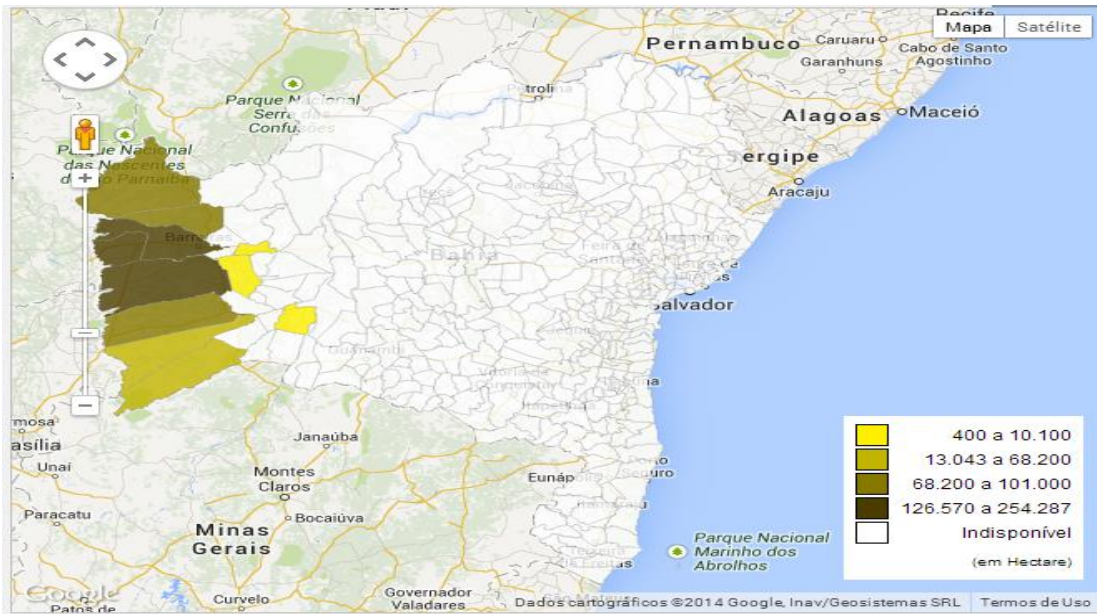
Observe-se que agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob o patrocínio de políticas de Estado.

É com base nesse contexto socioeconômico que, atualmente, o estado da Bahia figura como um dos principais polos, na economia brasileira, de produção e exportação da soja. De acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PAM-IBGE) sobre culturas temporárias e permanentes no ano de 2012, o estado da Bahia manteve a 6ª posição na representação nacional dos principais estados produtores de soja, tendo colhido 3.212.787 toneladas do grão (PAM-IBGE, 2012, p.47). Ainda de acordo com esse mesmo estudo, os principais municípios baianos produtores de soja, no ano de 2012, foram Formosa do Rio Preto e São Desidério, ambos na região do Oeste, que concentraram 2,6% da produção brasileira, e 55,0% da produção estadual.

Para Stedile (2013) o agronegócio possui uma “agenda” de expansão, na qual a soja aparece como prioridade para todas as regiões. Estudos¹¹ apontam que mais de 95% da soja do estado da Bahia está concentrada em seis municípios da região do Oeste baiano: São Desidério, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Correntina e Riachão das Neves. Os municípios de São Desidério, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras aparecem (FIGURA 4) com as principais áreas plantadas de soja (em grão), as quais ultrapassam a marca de 126.570ha. Esses três municípios figuram como os mais importantes e estratégicos quando os assuntos são a agroindústria e o agronegócio baiano.

¹¹ Ver página: http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/socioeconomia2_v7n2_0.pdf

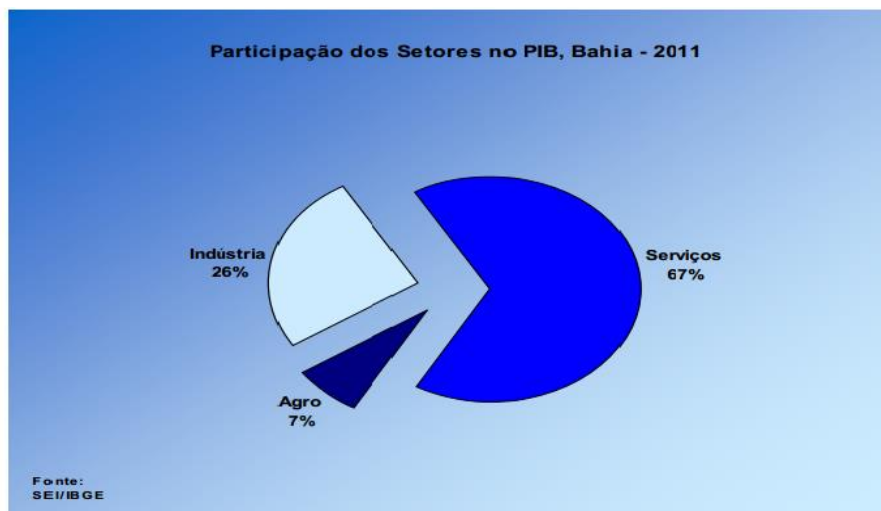
Figura 4: Oeste baiano >> soja (em grão) – área plantada



Fonte: IBGE, 2014

De acordo com informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI, 2011) o setor agropecuário apresenta a menor participação no PIB da Bahia (gráfico 7). No entanto este setor tem na região Oeste os seus principais representantes, o que mostra o nível de concentração dessas atividades na região em tela (SEI, 2011).

Gráfico 8: Participação dos setores no PIB, Bahia- 2011



Fonte: SEI, 2011

As duas principais agroindústrias de processamento, a Bunge, localizada em Luís Eduardo Magalhães, e a Cargill, localizada em Barreiras são os destaques do complexo da soja

estruturado nessa região desde os anos 1990, sendo consideradas detentoras do controle de terras, da produção e de financiamento para os pequenos e médios produtores da região, e contam, portanto, com significativo poder na cadeia produtiva de alimentos.

Stedile (2013) chama atenção para as mudanças estruturais na produção e na propriedade da terra no Brasil advindas desse modelo de desenvolvimento, que tem como base a dependência dos capitais estrangeiros e a produção de commodities para o mercado externo. Para ele,

Nos últimos dez anos, houve um processo acelerado de concentração da propriedade da terra. O índice que mede essa concentração continua crescendo. O índice de Gini, em 2006, estava em 0,854, que é maior inclusive do que em 1920, quando havíamos acabado de sair da escravidão. Nas estatísticas do cadastro do INCRA, vê-se que entre, 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades, e a área controlada por elas passou de 182 milhões de ha para 265 milhões de ha em apenas oito anos. (STEDILE, 2013, p.28).

Nesse contexto, marcado por políticas econômicas e agrícolas favoráveis ao agronegócio, e pelo fortalecimento de alianças entre forças políticas vinculadas à preservação do latifúndio, a reforma agrária torna-se cada vez mais indesejada pela fração agrária do capital que constantemente criminaliza os movimentos sociais que lutam por reforma agrária e melhores condições de vida no campo, reforçando a ideia de que o agronegócio é o modelo moderno e mais adequado para o desenvolvimento brasileiro. A imprensa burguesa reforça o discurso de sucesso do agronegócio na economia brasileira, negando as contradições desse modelo de produção no campo, enquanto apresenta para a população que tal modelo é insubstituível e mais eficiente para o país (STEDILE, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou apresentar a discussão sobre a dinâmica do agronegócio da soja e sua relação com o atual padrão de desenvolvimento brasileiro – denominado neste trabalho Modelo Liberal Periférico –, qualificando, dentro dos limites de um trabalho de conclusão de curso de graduação, as características desse processo na região do Oeste baiano. Para isso, destaquei o conceito de padrão de desenvolvimento, a fim de apresentar o processo histórico de integração do Oeste baiano ao circuito de valorização do capital nas cadeias agroindustriais.

Neste trabalho parti da hipótese de que a dependência financeira e tecnológica são características marcantes de economias periféricas que nunca conseguiram se estabelecer no núcleo orgânico do capitalismo, núcleo representado pelos países que estão na chamada “fronteira tecnológica”. Com base nisso, busquei refletir sobre a dependência da economia brasileira destacando como essa dependência atravessa tal economia, especialmente a partir de dois momentos históricos: a) na dinâmica do Modelo de Substituição de Importações, mais especificamente a partir de 1955, quando a economia brasileira internaliza em seus diversos setores estratégicos empresas estrangeiras; b) ao longo dos anos 1990, a partir da aplicação do programa de reforma neoliberal na economia brasileira, período que consolida uma nova onda de internalização do capital estrangeiro nessa economia. Essa reflexão tem sua relevância na medida em que destaca as mudanças qualitativas no processo de acumulação capitalista ao longo do modelo desenvolvimentista, revelando, por sua vez, o caráter associado-dependente das bases sociais dos governos Juscelino Kubitschek e militares, e explicitando, as heterogeneidades do chamado Modelo de Substituição de Importações.

A dependência tecnológico-financeira se expressa ainda no modelo do agronegócio brasileiro da soja, modelo esse que representa a natureza passiva da inserção internacional da economia brasileira e, portanto, expressa o “lugar” dessa economia na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, o modelo brasileiro da produção da soja pode ser entendido como a expressão da nova fase do capitalismo brasileiro dependente, onde as exportações do complexo agroindustrial, especialmente do CAI da soja, aparecem como solução conjuntural para “sanar” o déficit em transações correntes da economia brasileira, ao mesmo tempo em que atende aos interesses da burguesia dependente-associada.

Por fim, busquei entender os reflexos desse processo no plano regional, tendo em vista a compreensão da articulação do Oeste baiano, a partir do segmento agroindustrial da soja, com o atual padrão de desenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, com base na literatura sobre o tema e nas informações disponíveis, pude entender a base econômica, institucional e política que sustentou a consolidação do CAI nessa região, e o sentido que esse espaço vem adquirindo na dinâmica do Modelo Liberal Periférico. Destaco que essa intenção, de entender o sentido do CAI da soja do Oeste baiano na dinâmica de acumulação do atual padrão de desenvolvimento, se apresenta como um dos evidentes limites deste trabalho, uma vez que exige um estudo mais profundo e qualificado sobre economia regional, agroindústria e economia brasileira a partir do “boom” das commodities dos anos 2000.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, Gleydson P.; SÁ, Alcindo J. de. Globalização da agricultura: multinacionais no campo brasileiro. **Revista de Geografia**, Recife, v.28, n.1, 2011.
- ALMEIDA, Niemeyer F. Padrões de acumulação, industrialização e desenvolvimento: elementos para uma atualização conceitual. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v.8, n.1, p. 3-24, 1993.
- AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. 2009. 252f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2009.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS. ANPEC. **Estatísticas. Evolução das exportações de soja em grãos**. Disponível em: <<http://www.anec.com.br/pdf/ExportacaoUltimos34anosSoja.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. **Pesquisa & Debate**, SP, v. 18, n.1, p. 27-47, 2007.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Base de dados macroeconômicos. Série histórica do balanço de pagamentos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>. Acesso em: 30 set. 2013.
- BERTRAND, Jean-Pierre; *et al.* Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. **O mundo da soja**. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mapa**. Indicadores e estatísticas. Balança comercial. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/internacional/indicadores-e-estatisticas/balanca-comercial>>. Acesso em: 24 jun. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no Governo Lula. Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.109-131.
- CASTELO, Rodrigo. **Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução**: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1985.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Especialização primária como limite do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.111-125, 2010. Disponível em: <http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_guilherme.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014

DELGADO, Guilherme da Costa. Reestruturação da economia do agronegócio – anos 2000. In: STEDILE, João Pedro, (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

EBER, Fábio S. Desenvolvimento industrial e tecnológico da década de 90 – uma nova política industrial para um novo padrão de desenvolvimento. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p.9-42, 1992.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, Daíse de Jesus et al. Uma análise sobre a mão-de-obra e modernização agrícola da região do Oeste baiano entre os anos de 1970 e 2006. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Uberlândia, 21, 2012. **Anais eletrônicos...**Uberlândia: MG, 2012. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1416_2.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2014

FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime, (Org.). **Padrão de reprodução do capital - teoria marxista da dependência**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

FILGUEIRAS, Luiz. **Propostas de política econômica para a agricultura brasileira (1960/1990)**. 1994. 479f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 1994.

_____. **A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, BNB, 2012.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal-periférico e bloco no poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: CORECON. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 35-69.

GIEMBINSKY, Renata Claudia. **Competitividade e preços do complexo da soja no Brasil**. 2006. 157f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. **Ciclo econômico global e vulnerabilidade externa estrutural do Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/ciclo_economico_e_vulnerabilidade_rg_30_08_2012.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

IBGE. **Pesquisa agrícola municipal**, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_Agricola_Municipal_\[anual\]/2012/pam2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_Agricola_Municipal_[anual]/2012/pam2012.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2014.

INOCÊNCIO, Maria E. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 19, 2009. **Anais eletrônicos...**São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.ch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Inocencio_ME.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

LEITE, Sergio; PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.25, n.74, p.159-176, out.2010.

MACEDO, Fernando César de Macedo. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil. **Redes**, v.15, n.3, p 89-114, set/dez.2010.

MARTUSCELLI, Danilo. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 2013. 334f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Elizabeth. **O subimperialismo brasileiro na era do padrão de desenvolvimento liberal-periférico (1990 a 2013)**. 2013. 97f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2014.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v.30, n. 2, p. 219-232, 2010.

OREIRO, José Luis. **Crescimento e regimes de política macroeconômica: teoria e aplicação ao caso brasileiro (1999-2011)**. 2011. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/1%20Painel_Oreiro%20texto.pdf>. Acesso em: 20 jun.2014

SALES, Leila M. Pires. **A formação do complexo da soja no Oeste baiano: estratégias de diversificação**. 2001. 75f. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2001.

SANO, Edson Eyji *et al.* Fronteira agrícola do Oeste baiano: considerações sobre os aspectos temporais e ambientais. **Geociências**, São Paulo , v. 30, n. 3, p. 479-489, 2011.

SANTANA, Pedro Marques de. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Brasília: ABET, 2013.

SANTIAGO, Juliana. **A produção dos espaços dos cerrados baianos após 1970**. 2011. 137f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2011.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. **Revista IDeAS**, v. 2, n. 1, p. 76-108, jan./jun. 2008.

SANTOS, Giminiano José dos. *et al.* Agrocombustíveis, segurança e soberania alimentar: elementos do debate internacional e análise do caso brasileiro. **Revista Bahia Análise & Dados**, v.18, n.4, p.549-556, jan./mar. 2009.

SEI. **PIB municipal**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/boletim_PIB_municipal_2011.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

SZMRECSANYI, T. Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, 141-144, abril-junho de 1983.

SOLOGUREN, Leonardo. **Integração vertical, grupos estratégicos e competitividade: o caso do sistema agroindustrial da soja no Brasil**. 2004. 194f. Dissertação (Mestrado em

Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2004.

STEDILE, João Pedro, (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WESZ JÚNIOR, Valdemar João. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. Disponível em: <<http://campohoje.net.br/sites/default/files/livros/arquivos-download/Livro4.PDF>>. Acesso em: 20 maio 2014.

